

ATENÇÃO

SRS. LICITANTES

- Para formação da proposta de preço e inserção na plataforma COMPRASNET, V.Sª deverá basear-se **exclusivamente** nos termos e informações **do Edital**, especialmente nas especificações técnicas dos ITENS e demais condições do **Anexo II**.
- “Considerando AUSÊNCIA DE CÓDIGO ESPECÍFICO para CADA ITEM no COMPRASNET, solicitamos que para a FORMAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇO e seu registro no sistema, o Licitante baseie-se **EXCLUSIVAMENTE** nas informações do Edital, especialmente nas **ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO** e demais condições do **ANEXO II**.”
- A proposta e documentos anexados **são sigilosos**, nem o pregoeiro nem demais licitantes têm acesso. Somente **após a etapa de lances** o sistema os tornará públicos.
- Após encerramento da sessão **não será necessário** o encaminhamento dos documentos originais solicitados no item 11 do edital.

Pregoeiro 1ª CJL/CRSN

Obs: Este encarte não faz parte do Edital, se presta somente para informação ao Licitante

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 90001/2026/CRSN

PROCESSO: 6018.2025/0126664-3

TIPO: MENOR PREÇO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE REMOÇÃO DE PACIENTES COM 09 (NOVE) AMBULÂNCIAS DE SUPORTE BÁSICO - TIPO B, COM MOTORISTA, ENFERMEIRO, QUILOMETRAGEM LIVRE (média de 420 Km/dia/veículo), COMBUSTÍVEL E MANUTENÇÃO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CRS-N E O PERFIL DE COMPLEXIDADE DE CUIDADO QUE A MAIORIA DOS PACIENTES DA REGIÃO REQUER: IDOSOS, ACAMADOS, EM TRATAMENTO ONCOLÓGICO DE QUIMIOTERAPIA E/OU RADIOTERAPIA, USUÁRIOS CONTÍNUOS DE OXIGÊNIO, QUE NECESSITAREM DESSE TRANSPORTE POR NÃO CONSEGUIREM UTILIZAR TRANSPORTE COLETIVO OU TRANSPORTE PRÓPRIO POR SE ENCONTRAREM DEBILITADOS E PERTENCEREM A REDE DE ATENÇÃO À SAÚDE DA COORDENADORIA REGIONAL DE SAÚDE NORTE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DESTE ANEXO II DESTE EDITAL.

ENDEREÇO ELETRÔNICO: (<https://www.gov.br/compras>)

DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:

16/03/2026 – 08:00H

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: (SIM)

MODO DE DISPUTA: ABERTO E FECHADO.

FASE DE HABILITAÇÃO: APÓS AS FASES DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS, LANCES E JULGAMENTO.

ÍNDICE

I. EDITAL

Preâmbulo – Indicação da Unidade

1. Embasamento Legal;
2. Objeto;
3. Condições de participação;
4. Acesso às informações;
5. Impugnação do Edital
6. Apresentação da Proposta de Preços;
7. Abertura da sessão e classificação inicial das propostas de preços;
8. Etapa de Lances;
9. Modo de disputa aberto e fechado;
10. Julgamento;
11. Habilitação;
12. Fase Recursal;
13. Adjudicação e Homologação;
14. Preço, Reajuste e Dotação;
15. Condições do Ajuste e Garantia para Contratar;
16. Prazo para Início da Prestação dos Serviços e Condições
17. Condições de Recebimento e Pagamento
18. Penalidades
19. Das Disposições Gerais

II. ANEXOS

- I. Minuta de Termo de Contrato
- II. Termo de Referência - Especificações Técnicas e Condições de Fornecimento do Objeto
- III. Modelo de Proposta de Preços
- IV. Modelo de Declarações
- V. Modelo Parâmetros para Análise de Balanço

- VI. Modelo Referencial de Instrumento de Credenciamento para Efetuar Vistoria
- VII. Modelo de Declaração de Apresentação de Documentos
- VIII. Declaração de não Cadastramento e Inexistência de Débitos para com a Fazenda do Município de São Paulo

PREÂMBULO

A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, pela **COORDENADORIA REGIONAL DE SAÚDE NORTE**, situada na Rua Paineira do Campo, 902 - Santana, São Paulo, Capital, CEP: 02012-040, por meio de seu(ua) Pregoeiro(a), designado pela **Portaria nº 006/2026/GAB**, publicada no DOC/SP de 03/02/2026, pg. 074, torna público, para conhecimento de quantos possam se interessar, que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, com critério de julgamento de **MENOR PREÇO**, objetivando a aquisição do(s) bem(ns) descrito(s) neste Edital.

A participação no presente pregão dar-se-á por meio de sistema eletrônico, pelo acesso ao site (<https://www.gov.br/compras>) - UASG nº **925212**, nas condições descritas neste Edital, devendo ser observado o início da sessão, no dia **16** de **Março** de **2026** as **08:00** horas.

Este Edital, seus anexos, o resultado do Pregão e os demais atos pertinentes também constarão do site https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br/md_epubli_controlador.php?acao=negocios_pesquisar.

1. EMBASAMENTO LEGAL

O procedimento licitatório e os atos dele decorrentes observarão as disposições da Lei Federal nº 14.133/21, do Decreto Municipal nº 62.100/2022, Decreto Municipal nº 56.475/2015 e da Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, e das demais normas complementares aplicáveis.

2. OBJETO E DA VISTORIA (FACULTATIVA)

- 2.1. O presente pregão tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE REMOÇÃO DE PACIENTES COM 09 (NOVE) AMBULÂNCIAS DE SUPORTE BÁSICO - TIPO B, COM MOTORISTA, ENFERMEIRO, QUILOMETRAGEM LIVRE (média de 420 Km/dia/veículo), COMBUSTÍVEL E MANUTENÇÃO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CRS-N E O PERFIL DE COMPLEXIDADE DE CUIDADO QUE A MAIORIA DOS PACIENTES DA REGIÃO REQUEREM: IDOSOS, ACAMADOS, EM TRATAMENTO ONCOLÓGICO DE QUIMIOTERAPIA E/OU RADIOTERAPIA, USUÁRIOS CONTÍNUOS DE OXIGÊNIO, QUE NECESSITAREM DESSE TRANSPORTE POR NÃO CONSEGUIREM UTILIZAR TRANSPORTE COLETIVO OU TRANSPORTE PRÓPRIO POR SE ENCONTRAREM DEBILITADOS E PERTENCEREM À REDE DE ATENÇÃO À SAÚDE DA COORDENADORIA REGIONAL DE SAÚDE NORTE,**
- 2.2. Deverão ser observadas as especificações e condições de fornecimento constantes do Termo de Referência – Anexo II, parte integrante deste edital.
- 2.3. A Vistoria Técnica é facultativa aos licitantes, onde as empresas interessadas em participar do certame poderão realizá-la nas unidades constantes neste Termo de Referência, até 1 (um) dia útil que anteceda a abertura do certame, mediante agendamento com a Gerência Administrativa de cada Unidade relacionada na tabela de locais constante do Termo de Referência – Anexo II.
- 2.3.1. A licitante deverá indicar representante devidamente habilitado, munido do respectivo ato constitutivo para apresentar-se no local dos serviços, para realização de vistoria técnica, com o objetivo de cientificar-se das condições previstas no Termo de Referência, para elaboração de sua proposta de preço.
- 2.3.2. A vistoria deverá ser agendada pelos e-mails crsnpacientes@prefeitura.sp.gov.br e tloesch@prefeitura.sp.gov.br ou pelos telefones (11) 2224-6834 e (11) 2224-6836 – Teresa/Maria Luiza e poderá ser realizada até o dia imediatamente anterior à sessão pública, no horário entre 14:00 e 19:30 horas

- 2.3.3.** A vistoria será acompanhada por Técnicos das Unidades, que ao seu término, atestarão a sua realização
- 2.3.4.** A vistoria técnica tem como objetivo verificar as condições locais, avaliar a quantidade e a natureza dos trabalhos, materiais e equipamentos necessários à realização do objeto da contratação, permitindo aos interessados colher as informações e subsídios que julgarem necessários para a elaboração da sua proposta, de acordo com o que o próprio interessado julgar conveniente, não cabendo à Administração nenhuma responsabilidade em função de insuficiência dos dados levantados por ocasião da vistoria técnica.
- 2.3.5.** Poderão ser realizadas quantas vistorias técnicas a empresa interessada julgar necessária.
- 2.3.6.** A licitante, a seu critério, poderá declinar da vistoria técnica, sendo que neste caso, a mesma assumirá incondicionalmente a RESPONSABILIDADE de executar os serviços em conformidade com todas as condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

3. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar da licitação as empresas que:

- a)** Atenderem a todas as exigências deste edital e de seus anexos, **desde que sejam credenciadas, com cadastro ativo, no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras) – Certificado Digital ICP-Brasil.**
- a.1)** As condições de cadastramento no SICAF deverão ser providenciadas até o **terceiro dia útil anterior à data estabelecida para recebimento das propostas.**
- b)** Tenham objeto social pertinente e compatível ao licitado;
- c)** **Não** estejam sob processo de falência;

- c.1) É admitida participação de empresas em recuperação judicial, desde que apresentada certidão emitida pela instância judicial competente demonstrando estar a empresa apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório;
- d) Não** estejam constituídas em forma de consórcio;
- e)** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.
- f) Não** se enquadrem nas seguintes **vedações** de participação (art. 14 da Lei 14.133/2021):
- f.1)** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, estendendo-se a vedação ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que comprovado o ilícito ou utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- f.2)** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;
- f.3)** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
- f.4)** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no

exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

f.4.1) As vedações estendem-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

f.5) Não poderão participar da licitação OSCIP's atuando nessa condição;

3.2. As microempresas e empresas de pequeno porte, assim qualificadas nos termos da Lei Complementar 123/06, alterada pela Lei Complementar 147/2014, bem como as cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 1º, §2º, do Decreto nº 56.475/2015, poderão participar desta licitação usufruindo dos benefícios estabelecidos nos artigos 42 a 45 daquela Lei Complementar, devendo para tanto observar as regras estabelecidas de acordo com o Decreto nº 56.475/2015, declarando no campo próprio do sistema sua condição.

3.2.1. Não são aplicáveis os benefícios e demais disposições previstas nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar 147/2014 no caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item e, em se tratando de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.2.1.1. A obtenção dos benefícios fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.2.1.2. Nas contratações com prazo de **vigência superior a 01 (um) ano**, será considerado o valor anual do contrato.

3.3. Como requisito para a participação no pregão, a licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que está ciente e concorda com as condições do edital e anexos.

- 3.4.** A participação neste Pregão implica o reconhecimento pela Licitante de que conhece, atende e se submete a todas as cláusulas e condições do presente edital, bem como as disposições contidas na legislação indicada na cláusula “1” deste Edital, que disciplinam a presente licitação e integrarão o ajuste correspondente, no que lhe for pertinente.

4. ACESSO ÀS INFORMAÇÕES

- 4.1.** Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos ou informações relativos a esta licitação, que serão prestados mediante solicitação dirigida ao pregoeiro, até 03 (três) dias úteis antes da data marcada para abertura do certame, por meio do endereço eletrônico crsncjl@prefeitura.sp.gov.br.
- 4.2.** Os esclarecimentos e as informações serão prestados no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame.

5. IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

- 5.1.** Qualquer pessoa, física ou jurídica poderá formular impugnações contra o ato convocatório, até 3 (três) dias úteis antes da data marcada para abertura do certame, mediante petição apresentada via e-mail crsncjl@prefeitura.sp.gov.br, em seu corpo ou documento anexo.
- 5.1.1.** No ato da apresentação da impugnação é obrigatório anexar ao e-mail a cópia digitalizada dos seguintes documentos:
- a)** Do documento de identidade e do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), se o impugnante for pessoa física;
 - b)** Do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), em se tratando de pessoa jurídica, acompanhado do respectivo ato constitutivo ou de procuração, que comprove que o signatário/remetente da impugnação efetivamente representa a impugnante.
- 5.2.** Caberá ao agente de contratação se manifestar, motivadamente, a respeito da(s) impugnação (ões), proferindo sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data de recebimento, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame

- 5.3.** Quando o acolhimento da impugnação implicar alteração do edital capaz de afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização do certame.
- 5.4.** A decisão sobre a impugnação será publicada no sítio eletrônico oficial
- 5.5.** Os pedidos de impugnações, bem como as respectivas respostas serão divulgados no sistema eletrônico para visualização dos interessados.
- 5.6.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 5.7.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

6. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

- 6.1.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, a proposta com a descrição do objeto e o preço ou percentual de desconto, com o VALOR DO PREÇO TOTAL GLOBAL (12 meses), com duas casas decimais, até a data e o horário estabelecidos para a abertura da sessão pública, devendo, no cadastramento da proposta, proceder às declarações pertinentes, em campo próprio do sistema.
 - 6.1.1.** Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.
 - 6.1.2.** A licitante deverá indicar na sua proposta o “Valor” e “Descrição Detalhada do Objeto Ofertado”, de forma semelhante ao estabelecido no Termo de Referência – Anexo II deste Edital
 - 6.1.3.** A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiros sua proposta, lances e declarações.
 - 6.1.4.** A apresentação da proposta de preços implicará em plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos.
 - 6.1.5.** A proposta deve conter oferta firme e precisa, sem alternativa de produtos, preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

- 6.1.6.** Os preços cotados deverão ser cotados em moeda corrente nacional, em algarismos e devem ser adequados aos praticados no mercado na data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária e devem incluir todos os custos diretos, indiretos e despesas, necessários ao fornecimento do objeto, inclusive frete. O preço ofertado será irrealizável e constituirá a única e completa remuneração pelo cumprimento do objeto deste certame, não sendo aceitos pleitos de acréscimos nos preços, a qualquer título.
- 6.1.7.** Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimo, a qualquer título.
- 6.1.8.** A licitante declarada vencedora do certame deverá enviar a proposta de preços, de acordo com o formulário que segue como Anexo III deste Edital, com todas as informações e declarações ali constantes, devendo ser redigida em língua portuguesa, com clareza, perfeitamente legível, sem emendas, rasuras, borrões, acréscimos ou entrelinhas, ser datada, rubricada em todas as folhas e assinada por seu representante legal ou procurador, devidamente identificado com números de CPF e RG, e respectivo cargo na licitante.
- 6.1.9.** A proposta deverá ter validade de **60 (sessenta) dias** corridos, contados a partir da data de sua apresentação.

7. ABERTURA DA SESSÃO E CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

- 7.1.** Na data e horário indicados no preâmbulo deste Edital terá início automático a sessão pública do pregão eletrônico.
- 7.2.** A análise da conformidade das propostas visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos e será feita exclusivamente na fase de julgamento em relação à proposta mais bem classificada.
- 7.3.** Serão desclassificadas as propostas:

- a) Cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados neste edital e seus anexos;
- b) Que por ação da licitante ofertante contenham elementos que permitam a sua identificação;
- c) Estipule preços inexecutáveis ou acima do máximo definido para a contratação, global e unitariamente;

7.4. A desclassificação se dará por decisão motivada e registrada no sistema.

7.5. Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas dos demais licitantes.

7.6. Somente as licitantes cujas propostas sejam classificadas e ordenadas automaticamente pelo sistema participarão da fase de lances.

8. ETAPA DE LANCES

8.1. Iniciada a etapa competitiva, as licitantes poderão encaminhar lances **exclusivamente por meio do sistema eletrônico**, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento, registro e valor.

8.2. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras para sua aceitação.

8.3. A Licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema, observado o intervalo mínimo de **R\$ 100,00 (cem reais)** em relação aos lances intermediários e em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

8.4. A licitante poderá uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 segundos após o registro do sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

8.5. As licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, **vedada a identificação do licitante**.

- 8.6.** Na hipótese de o sistema eletrônico se desconectar no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 8.7.** Caso a desconexão do sistema eletrônico persistir por tempo superior a dez minutos para o órgão ou a entidade promotora da licitação, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 8.8.** No caso de haver a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, bem como de cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 1º, §2º, do Decreto nº 56.475/2015, no certame licitatório, os procedimentos obedecerão aos subitens a seguir:
- 8.8.1.** Antes da classificação definitiva de preços, caso a melhor oferta não tenha sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, ou cooperativa que preencha as condições estabelecidas no artigo 1º, §2º, do Decreto nº 56.475/2015, o sistema utilizado verificará se ocorreu empate ficto previsto no § 2º do artigo 44 da Lei Complementar nº 123/2006 e Decreto Municipal nº 56.475/2015, ou seja, as propostas apresentadas por microempresas ou empresas de pequeno porte, ou cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 1º, §2º, do Decreto nº 56.475/2015, com valores até 5% (cinco por cento) acima do melhor preço ofertado.
- 8.8.2.** Em caso positivo, a microempresa ou empresa de pequeno porte, ou cooperativa que preencha as condições estabelecidas no artigo 1º, §2º, do Decreto nº 56.475/2015, convocada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela, à primeira classificada no prazo de 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão.
- 8.8.3.** Caso a microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP), ou cooperativa que preencha as condições estabelecidas no artigo 1º, §2º, do Decreto nº 56.475/2015 (COOP), convocada não exerça o benefício de ofertar preço inferior à primeira classificada ou não o faça no tempo apurado, o sistema

automaticamente convocará as ME/EPP/COOP remanescentes que, porventura, se enquadrem na hipótese do empate ficto, na ordem classificatória, para exercício do mesmo direito, sucessivamente, se for o caso.

- 8.8.4.** Se houver equivalência entre os valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos apontados nos itens anteriores, será realizado sorteio para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 8.9.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 8.10.** Em caso de eventual empate entre propostas ou lances, serão adotados os critérios previstos no art. 60 da Lei 14.133/21, de acordo com a ordem legalmente estabelecida.
- 8.11.** Após a etapa de lances, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a negociação com o(s) detentor(es) da(s) melhor(es) proposta(s).
- 8.11.1.** Para que seja realizada a Negociação e demais atos referentes ao Pregão, todos os interessados **deverão** permanecer logados até o término do certame;
- 8.11.1.1.** O fornecedor que não responder ao Chat quando convocado para negociação, no prazo concedido pelo(a) Pregoeiro(a), poderá ter sua proposta desclassificada para o Item a ser negociado.
- 8.11.2.** Se a melhor proposta estiver em desconformidade com o preço máximo estipulado para a contratação, o pregoeiro poderá negociar melhores condições
- 8.11.3.** Quando o primeiro colocado, em que pese a negociação realizada, mantiver sua proposta acima do preço máximo definido, a negociação poderá ser realizada com os demais licitantes.
- 8.11.4.** A negociação será realizada por meio do sistema, com acompanhamento dos demais licitantes e divulgação do resultado, bem como anexação aos autos do processo

- 8.12.** O licitante mais bem classificado deverá, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável a partir e solicitação fundamentada, enviar a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada.
- 8.13.** Encerrada a negociação, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9. MODO DE DISPUTA ABERTO E FECHADO

- 9.1.** Os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final fechado.
- 9.2.** No modo de disputa aberto e fechado a etapa de envio de lances terá duração de quinze minutos.
- 9.3.** Decorrido o prazo inicial, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.
- 9.4.** Em sequência, será aberta oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo, bem como os das ofertas com valores de até 10% (dez por cento) superiores possam apresentar lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, podendo os licitantes, nestas condições, optarem por manter o último lance da etapa aberta ou ofertar melhor lance. O lance final será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 9.4.1.** Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata o item anterior, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.
- 9.5.** Expirados os prazos, o sistema ordenará e divulgará os lances.

10. JULGAMENTO

- 10.1.** Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério do menor preço global total (12 meses), observados os requisitos, as especificações técnicas e os parâmetros definidos neste Edital e em seus anexos quanto ao objeto.

- 10.2.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado, à compatibilidade do preço ou maior desconto final em relação ao estimado para a contratação.
- 10.3.** É recomendável, nesta fase, que sejam consultados os cadastros previstos neste Edital, em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, de forma a verificar a existência de sanção que impeça a participação no certame e futura contratação, garantida a manifestação do licitante previamente a eventual desclassificação
- 10.4.** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum benefício direcionado às ME/EPP's, o pregoeiro diligenciará para verificar o enquadramento.
- 10.5.** Será desclassificada a proposta vencedora que não atender aos requisitos do item 7.3.
- 10.6.** Erros no preenchimento da proposta não constituem motivo para desclassificação da proposta, desde que se limitem a erros ou falhas que não alteram a substância da proposta.
- 10.7.** Após a negociação, o Pregoeiro fará o exame da aceitabilidade da oferta da primeira classificada, devendo esta encaminhar, em prazo estabelecido pelo pregoeiro(a), através do sistema eletrônico, sob pena de desclassificação, a proposta de preço, conforme Anexo III, com o valor do preço final alcançado, bem como a planilha de composição de custos.
- 10.8.** O Pregoeiro deverá verificar, como critério de aceitabilidade, a compatibilidade do menor preço, inclusive quanto aos preços unitários, alcançado com os parâmetros de preços de mercado, definidos pela Administração, coerentes com a execução do objeto licitado, aferido mediante a pesquisa de preços que instrui o processo administrativo pertinente a esta licitação.
- 10.9.** Em caso de incompatibilidade de algum valor unitário com os parâmetros da Administração, estes poderão ser negociados com o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, sem possibilidade de majoração do preço final alcançado na fase de lances.

- 10.10.** Se o preço alcançado ensejar dúvidas quanto a sua exequibilidade, poderá o Pregoeiro determinar à licitante que demonstre a sua viabilidade, sob pena de desclassificação, por meio de documentação complementar que comprove a capacidade da licitante em fornecer o objeto licitado pelo preço ofertado e nas condições propostas no Edital.
- 10.11.** Se a oferta não for aceitável ou se a licitante não atender à exigência estabelecida na cláusula supra, o pregoeiro, desclassificará, motivadamente, a proposta e examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a todas as exigências, devendo, também, negociar diretamente com a proponente, para que seja obtido preço melhor.
- 10.12.** Considerada aceitável a oferta de menor preço, passará o Pregoeiro ao julgamento da habilitação.

11. HABILITAÇÃO

- 11.1.** Divulgado o julgamento das propostas de preços na forma prescrita neste Edital, passar-se-á à fase de habilitação.
- 11.2.** A habilitação da licitante vencedora poderá ser substituída por meio de registro regular no **SICAF**.
- 11.2.1.** Caso os dados e informações constantes do **SICAF** não atendam aos requisitos exigidos deste Edital, o Pregoeiro verificará a possibilidade de alcançar os documentos por meio eletrônico, juntando-os ao processo administrativo pertinente à licitação.
- 11.2.2.** O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio alcançarão dos documentos exigidos no subitem **11.5.** deste Edital, por meio eletrônico, devendo a licitante encaminhar pelo sistema os demais documentos não emitidos via Internet.
- 11.2.3.** Na impossibilidade de obtenção/emissão de documentos por meio eletrônico, o Pregoeiro solicitará sua apresentação pela licitante, juntamente com os demais documentos.
- 11.3.** A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos hábeis de informações no momento da verificação de documentação ou dos

meios para a transmissão de documentos a que se referem as cláusulas anteriores, ressalvada a indisponibilidade de seus próprios meios. Na hipótese de ocorrerem essas indisponibilidades, a licitante deverá encaminhar os documentos solicitados por outros meios, dentro do prazo estabelecido, sob pena de inabilitação, mediante decisão motivada.

11.4. Por meio de aviso lançado no sistema, via “chat”, o Pregoeiro informará às demais licitantes a empresa habilitada por atendimento às condições estabelecidas neste Edital.

11.5. A habilitação se dará mediante o exame dos documentos a seguir relacionados, relativos a:

11.5.1. Habilitação jurídica:

- a)** Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual ou Empresa Individual de Responsabilidade Limitada;
- b)** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado e registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária ou cooperativa, devendo o estatuto, no caso das cooperativas, estar adequado, na forma prevista nos artigos 27 e 28 da Lei Federal n. 12.690/2012;
- c)** Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias ou cooperativas;
- d)** Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- e)** Decreto de autorização, tratando-se de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

11.5.2. Regularidade fiscal:

- a)** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.

- b)** Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado.
 - c)** Certidão de regularidade de débitos relativos a tributos federais e à dívida ativa da União, inclusive as contribuições sociais;
 - d)** Certidão de regularidade de débitos referentes a tributos estaduais relacionados com o objeto licitado, expedida por meio de unidade administrativa competente da sede ou domicílio da licitante.
 - d.1.)** No caso da licitante ter domicílio ou sede no Estado de São Paulo, a prova de regularidade para com a Fazenda Estadual se dará através da certidão de débitos tributários da Dívida Ativa do Estado de São Paulo, expedida nos termos da Resolução Conjunta SF/PGE nº 02, ou a que suceder.
 - e)** Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS).
 - f)** Certidão de Regularidade em relação à Fazenda Pública Municipal.
 - g)** Certidão de regularidade perante a Justiça do Trabalho
- 11.5.2.1.** Serão aceitas como prova de regularidade, certidões positivas com efeito de negativas.

11.5.3. Qualificação econômico-financeira:

- a)** Certidão negativa de pedido de falência ou concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica em data não superior a 60 dias da data da abertura do certame, se outro prazo não constar do documento.
 - a.1)** Se a licitante não for sujeita ao regime falimentar, a certidão mencionada deverá ser substituída por certidão negativa de ações de insolvência civil, ou documento equivalente.
- b)** Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que

comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balanço ou balancetes provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de três meses da data da apresentação da proposta;

- b.1)** Somente empresas que ainda não tenham completado seu primeiro exercício fiscal poderão comprovar sua capacidade econômico-financeira por meio de balancetes mensais, conforme disposto na Lei Federal nº 8.541/1992;
- b.2)** Serão considerados como na forma da Lei, o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis assim apresentados:
 - b.2.1)** Na sociedade empresária regida pela Lei nº. 6.404/76, 11.638/07, 11.941/09, mediante documento publicado em Diário Oficial ou em jornal de grande circulação;
 - b.2.2)** As empresas desobrigadas a adotar a ECD – Escrituração Contábil Digital e que não tenham optado por esse meio, deverão apresentar o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis, extraídos do Livro Diário, contendo Termo de Abertura e de Encerramento, através de Cópia Autenticada, Registrado na Junta Comercial ou no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Cartório de Registro de Títulos e Documentos para Sociedades Simples;
 - b.2.3)** Para as empresas obrigadas a adotar, ou que optaram por utilizar, a Escrituração Contábil Digital (ECD) deverão apresentar a impressão do arquivo gerado pelo SPED Contábil constando o Termo de Abertura e Encerramento com o termo de autenticação eletrônica gerada pelo sistema, recibo de entrega do Livro Digital e a Demonstração de Resultado do Exercício.

- b.3)** A empresa que não tiver alcançado os índices exigidos no **ANEXO V**, será habilitada desde que tenha o Patrimônio Líquido, equivalente a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

11.5.4. Qualificação técnica:

- a)** Atestado(s)/certidão(ões) de capacidade técnica, em cópia acompanhada do original ou autenticada, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove(m) a aptidão para o desempenho de atividade pertinente ao objeto da licitação.
- b)** Para fins do disposto dos subitens a), considera-se atividade pertinente ao objeto licitado prestação de serviço de **SERVIÇOS DE REMOÇÃO DE PACIENTES COM AMBULÂNCIAS**
- Os atestados deverão comprovar a capacidade de fornecimento de no mínimo 50% (cinquenta por cento) ou mais do objeto licitado, podendo ser somados para esta comprovação atestados distintos desde que com pelo menos 12 (doze) meses de concomitância na execução dos serviços.
 - O(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) ser apresentado(s) em papel timbrado, original ou cópia reprográfica autenticada, assinado(s) por autoridade ou representante de quem o(s) expediu, com a devida identificação, não lhe sendo exigido prazo de validade.
- c)** Licença Sanitária da Empresa, expedida pelo órgão da Vigilância Sanitária local, conforme previsto no artigo 10º do Decreto Municipal Nº 50.079/2008.
- Caso a revalidação da licença de funcionamento para o presente exercício não tenha sido concedida, a proponente deverá apresentar a licença de funcionamento do exercício anterior acompanhada do protocolo de revalidação, nos termos da legislação sanitária local, devidamente comprovada através de cópia autenticada do Diário Oficial.

- d)** Declaração em nome da empresa, assinada por seu representante legal, de que (Anexo IV):
- A empresa possui profissionais competentes para assumir a responsabilidade técnica relativa aos serviços objeto deste certame, nas condições estabelecidas no Anexo II – Termo de Referência
 - A empresa possui disponibilidade de veículo para execução dos serviços, nas condições estabelecidas no Anexo II – Termo de Referência
- e)** Certificado de Registro da Empresa - CRE e Certificado de Responsabilidade Técnica - CRT do profissional responsável técnico no Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo – COREN-SP.
- f)** Certificado de Registro de Empresa do Responsável Técnico no Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo;
- g)** Certificado de Inscrição da Empresa e do respectivo Responsável Técnico no Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo – CREMESP.
- h)** Cópia autenticada da Licença de Funcionamento válida expedida pelo órgão de Vigilância Sanitária do local onde estiver instalado, compatível com o objeto licitado, de acordo com a Portaria CVS nº 04/2011 ou Portaria 2755/2012 para as instaladas no Município de São Paulo
- i)** Cadastro Nacional de estabelecimento de Saúde – CNES;
- j)** Cadastro Municipal de Vigilância em Saúde – CMVS – de acordo com a portaria 2755/2012 – SMS-G.

- k) Declaração de que, na assinatura do termo de contrato, apresentará a licença para funcionamento do estabelecimento, expedida pela Vigilância Sanitária onde o serviço for executado, e os Certificados acima solicitados, do Estado / Município onde o serviço for executado (conforme modelo Anexo VII);**
- l) Todos os documentos devem estar com seu prazo de validade em vigor. Se este prazo não constar de cláusula específica deste edital, do próprio documento ou de lei específica, será considerado o prazo de validade de 06 (seis) meses, a contar da data de sua expedição, salvo os atestados/certidões de qualificação técnica, para os quais não se exige validade.**
- m) Todos os documentos expedidos pela empresa deverão estar subscritos por seu representante legal ou procurador, com identificação clara do subscritor.**
- n) Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.**
- o) Caso a licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante desta licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda documentação de habilitação de ambos os estabelecimentos.**
- p) Todo e qualquer documento apresentado em língua estrangeira deverá estar acompanhado da respectiva tradução para o idioma pátrio, feita por tradutor público juramentado;**

- q) Não serão aceitos documentos cujas datas e caracteres estejam ilegíveis ou rasurados de tal forma que não possam ser entendidos.

11.5.5. Outros Documentos:

- a) Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, sob as penas da Lei, conforme o disposto no artigo. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal e inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21
- b) Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de sua habilitação inclusive condenação judicial na proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, transitada em julgada ou não desafiada por recurso com efeito suspensivo, por ato de improbidade administrativa;
- c) Declaração de que a licitante não possui sanções vigentes previstas no inciso III do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/21, no âmbito da Administração Pública Direta e indireta do Município de São Paulo e no inciso IV do mesmo artigo, no âmbito de quaisquer entes federativos.
- d) Em se tratando de ME e EPP, declaração de observância e atendimento aos parágrafos §1º, §2º, §3º do art. 4º da Lei Federal nº 14.133/21;
- e) Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na CF/88, leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação.
- f) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social,

**g) Declaração de não Cadastramento e Inexistência de Débitos para com a
Fazenda do Município de São Paulo – ANEXO VIII**

11.5.5.1. As declarações supra deverão ser elaboradas em papel timbrado e assinadas pelo representante legal da licitante, sendo recomendada a utilização do modelo constante no ANEXO IV do presente Edital, facultando-se a elaboração de declarações individualizadas.

11.6. A licitante para fins de habilitação deverá observar as disposições Gerais que seguem:

11.6.1. Todos os documentos devem estar com seu prazo de validade em vigor. Se este prazo não constar de cláusula específica deste edital, do próprio documento ou de lei específica, será considerado o prazo de validade de 06 (seis) meses, a contar da data de sua expedição, salvo os atestados/certidões de qualificação técnica, para os quais não se exige validade.

11.6.2. Todos os documentos expedidos pela empresa deverão estar assinados por seu representante legal ou procurador, com identificação clara do assinante.

11.6.3. Os documentos emitidos via Internet serão conferidos pelo Pregoeiro ou sua equipe de apoio.

11.6.4. Se a licitante for a **matriz**, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a **filial**, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

11.6.4.1. Caso a licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante desta licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda documentação de habilitação de ambos os estabelecimentos.

11.6.4.2. Atestados de capacidade técnica ou de responsabilidade técnica podem ser apresentados em nome e com o número do CNPJ (MF) da matriz ou da filial da empresa licitante

- 11.6.5.** Todo e qualquer documento apresentado em língua estrangeira deverá estar acompanhado da respectiva tradução para o idioma pátrio, feita por tradutor público juramentado.
- 11.6.6.** Não serão aceitos documentos cujas datas e caracteres estejam ilegíveis ou rasurados de tal forma que não possam ser entendidos.
- 11.6.7.** Os documentos exigidos para habilitação não poderão, em hipótese alguma, ser substituídos por protocolos, que apenas configurem o seu requerimento, não podendo, ainda, ser remetidos posteriormente ao prazo fixado.
- 11.6.8.** O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio verificarão eventual descumprimento das vedações de participação na licitação, mediante consulta ao:
- a)** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;
 - b)** Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico <https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>;
 - c)** Portal de Sanções Administrativas, no endereço eletrônico https://www.bec.sp.gov.br/Sancoes_ui.aspx/sancoes.aspx;
 - d)** Rol de Empresas Punidas, disponível no endereço eletrônico https://prefeitura.sp.gov.br/web/gestao/w/coordenadoria_de_bens_e_servicos_cobes/empresas_punidas/9255
 - e)** Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), disponível no endereço eletrônico <https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>;
- 11.6.8.1.** As consultas realizar-se-ão em nome da licitante e também de eventual matriz ou filial e de seus sócios majoritários.
- 11.7.** Os documentos serão analisados pelo Pregoeiro e sua Equipe de Apoio quanto a sua conformidade com os solicitados e serão anexados ao processo administrativo pertinente a esta licitação.

- 11.8.** Estando a documentação de habilitação da licitante vencedora em desacordo com as exigências do Edital, ela será inabilitada.
- 11.9.** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal de microempresa ou empresa de pequeno porte assim qualificada, bem como de cooperativa que preencha as condições estabelecidas no artigo 1º, §2º, do Decreto nº 56.475/2015, a sessão será suspensa, concedendo-se o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, para regularização, de forma a possibilitar, após tal prazo, sua retomada, nos termos do disposto no artigo 17 do Decreto nº 56.475/2015.
- 11.10.** Sendo inabilitada a proponente cuja proposta tenha sido classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando sua aceitabilidade e procedendo à habilitação da licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta ou lance e proponente que atendam o Edital.
- 11.11.** Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos em momento posterior ao julgamento das propostas e apenas do licitante mais bem classificado, salvo na hipótese de inversão de fases; caso em que os licitantes deverão encaminhar a proposta e, simultaneamente, os documentos de habilitação, por meio do sistema.
- 11.12.** Após a entrega dos documentos de habilitação, não será admitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência para complementação de informações em relação aos documentos já apresentados e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame e atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
- 11.13.** Estando a documentação de habilitação da licitante completa, correta, com observância de todos os dispositivos deste Edital e seus Anexos o Pregoeiro considerará a proponente habilitada e vencedora do certame.

12. FASE RECURSAL

- 12.1.** Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.
- 12.2.** As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de três dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases, da ata de julgamento.
- 12.3.** Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.
- 12.4.** Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 12.5.** O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.
- 12.6.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão, a qual poderá reconsiderar a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento dos autos.
- 12.7.** O recurso e pedido de reconsideração terão efeito suspensivo até a decisão final pela autoridade competente.

13. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 13.1.** Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para

adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

14. CONDIÇÕES DO AJUSTE E GARANTIA PARA CONTRATAR

- 14.1.** A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante termo de contrato, a ser firmado entre as partes, conforme minuta do Anexo VI deste Edital.
- 14.2.** Para a formalização do ajuste a empresa adjudicatária do objeto da licitação deverá apresentar os documentos já exigíveis por ocasião da habilitação, aqueles necessários à contratação, atualizados, caso solicitados.
- 14.2.1.** Como condição à contratação, ainda, deverá restar comprovado que a empresa a ser contratada não possui pendências junto ao Cadastro Informativo Municipal – CADIN MUNICIPAL, por força da Lei Municipal nº 14.094/2005 e Decreto nº 47.096/2006, que disciplinam que a inclusão no CADIN impedirá a empresa de contratar com a Administração Municipal.
- 14.2.2.** A licitante adjudicatária deverá ter registro atualizado no Cadastro de Credores junto à Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Social (SF), ou, caso não possua, deverá providenciá-lo no prazo de **02 (dois) dias úteis**, a partir da homologação do certame, junto ao setor de contabilidade da Contratante, sob pena de configurar recusa na contratação para fins de aplicação das penalidades previstas neste Edital.
- 14.2.3.** Os documentos mencionados nesta cláusula deverão ser apresentados em cópias autenticadas ou no original, com prazo de validade em vigor na data da apresentação e serão retidos para oportuna juntada no processo administrativo pertinente à contratação.
- 14.3.** O prazo para assinatura do Contrato será de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação da convocação da adjudicatária no Diário Oficial da Cidade (D.O.C.), sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções descritas no Item 19 deste edital.

- 14.3.1.** O prazo para formalização do ajuste, poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que solicitado por escrito, durante seu transcurso e ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.
- 14.3.2.** O Contrato deverá ser assinado por representante legal, diretor ou sócio da empresa, com apresentação, conforme o caso e, respectivamente, de procuração ou contrato social, acompanhados de cédula de identidade.
- 14.4.** É facultado à Administração, quando o convocado não formalizar o ajuste no prazo e condições estabelecidos, inclusive na hipótese de impedimento da contratação, sem embargo da aplicação das penalidades cabíveis, retomar o procedimento, mediante agendamento de nova Sessão Pública, ou revogar a licitação.
- 14.4.1.** Na hipótese de retomada do procedimento, as demais licitantes classificadas serão convocadas para participar da nova sessão pública do pregão, com vistas a celebração da contratação.
- 14.4.2.** O aviso da nova sessão será publicado no Diário Oficial da Cidade e divulgação nos endereços eletrônicos <https://www.gov.br/compras/pt-br> e https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br/md_epubli_controlador.php?acao=negocios_pesquisar.
- 14.4.3.** Na sessão o Pregoeiro convocará as licitantes classificadas remanescentes, na ordem de classificação, promovendo a averiguação das condições de aceitabilidade de preços e de habilitação, procedendo-se conforme especificações deste edital, até o encontro de uma proposta e licitante que atendam a todas as exigências estabelecidas, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto da licitação.
- 14.5.** **Não** poderá subcontratar, ceder ou transferir o objeto do Contrato, no todo ou em parte, a terceiros, sob pena de rescisão;
- 14.6.** Deverá arcar fiel e regularmente com todas as obrigações trabalhistas dos empregados que participem da execução do objeto contratual.

- 14.7.** Deverá enviar à Administração e manter atualizado o rol de todos os funcionários e/ou cooperados que participem da execução do objeto contratual.
- 14.8.** Deverá ser prestada garantia para contratar, nos termos do art. 125 do Decreto Municipal nº 62.100/2022, com prazo não superior a 15 (quinze) dias contados da assinatura do contrato, no valor de 5% (cinco inteiros por cento) do valor total do contrato, que será prestada mediante depósito no Tesouro Municipal, com memorando a ser retirado na unidade contratante para este fim.
- 14.8.1.** A garantia será prestada nas modalidades previstas no artigo 96, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/21.
- 14.8.2.** Sempre que o valor contratual for aumentado ou o contrato tiver sua vigência prorrogada, a contratada será convocada a reforçar a garantia, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, de forma a que corresponda sempre a mesma percentagem estabelecida.
- 14.9.** O não cumprimento do disposto na cláusula supra, ensejará aplicação da penalidade.
- 14.10.** A garantia exigida pela Administração poderá ser utilizada para satisfazer débitos decorrentes da execução do contrato, inclusive nos termos da Orientação Normativa 2/12 – PGM, e/ou de multas aplicadas à empresa contratada.
- 14.11.** A garantia contratual será devolvida após a lavratura do Termo de Recebimento Definitivo dos serviços, mediante requerimento da Contratada, que deverá vir acompanhado de comprovação, contemporânea, da inexistência de ações distribuídas na Justiça do Trabalho que possam implicar na responsabilidade subsidiária do ente público, condicionante de sua liberação, nos termos da Orientação Normativa 2/12 – PGM.
- 14.12.** A garantia poderá ser substituída, mediante requerimento da interessada, respeitadas as modalidades referidas no item 14.8.1.

15. PREÇO, REAJUSTE E DOTAÇÃO.

- 15.1.** O preço que vigorará no ajuste será o ofertado pela licitante a quem for o mesmo adjudicado.
- 15.2.** Este preço inclui todos os custos diretos e indiretos, impostos, taxas, benefícios, encargos sociais, trabalhistas e fiscais que recaiam sobre o objeto, incluindo frete até o local de entrega designado pela Prefeitura, transporte, etc., e constituirá, a qualquer título, a única e completa remuneração pelo seu adequado e perfeito cumprimento, de modo que nenhuma outra remuneração será devida.
- 15.3.** Os pedidos de repactuação, os quais não poderão compreender custos extraordinários, dependerão de requerimento da contratada instruído minimamente com documento que demonstre analiticamente a alteração dos custos, por meio de planilha de custos e formação de preços e acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho, desde que não sejam restritos à categoria da Administração Pública em geral.
- 15.3.1.** A planilha que acompanha o requerimento deverá observar os mesmos requisitos da planilha de custos inicialmente apresentada no momento do procedimento licitatório, sendo vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.
- 15.3.2.** A primeira repactuação observará o interregno mínimo de um ano, contados a partir da data-limite para apresentação das propostas constante do ato convocatório, em relação aos custos com a execução do serviço decorrentes do mercado, tais como o custo dos materiais e equipamentos necessários à execução do serviço ou da data do acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho ou equivalente vigente à época da apresentação da proposta quando a variação dos custos for decorrente da mão de obra e estiver vinculada às datas-bases desses instrumentos.

15.3.3. A vigência dos novos valores contratuais decorrentes da repactuação retroagirá à data do pedido e não será concedida nova repactuação no prazo inferior a 12 (doze) meses contados do último pedido.

15.3.4. As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, observados os procedimentos previstos nos arts. 129 a 137 do Decreto Municipal nº 62.100, de 27 de dezembro de 2022.

15.3.5. Será aplicada compensação financeira, nos termos da Portaria SF nº 05, de 05 de janeiro de 2012, quando houver atraso no pagamento dos valores devidos, por culpa exclusiva da Contratante, observada a necessidade de se apurar a responsabilidade do servidor que deu causa ao atraso no pagamento, nos termos legais.

15.4. Os recursos necessários para suporte do contrato onerarão a dotação nº **84.23.10.301.4015.2.520.3.3.90.39.00.00.1.500.9001.0** do orçamento vigente.

16. PRAZO PARA INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E CONDIÇÕES

16.1. A Administração estabelecerá data certa para início da execução do serviço, conforme constar na Minuta de Contrato (Anexo I) ou, excepcionalmente, por meio de Ordem de Início dos Serviços.

16.1.1. O serviço deverá ser prestado de acordo com o ofertado na proposta, no local e horário discriminados no Anexo III deste Edital, correndo por conta da contratada todas as despesas decorrentes da execução do objeto contratual.

16.2. O prazo de execução do contrato terá duração de 12 (doze) meses, contados da data de início da execução, prorrogável por até 10 anos, na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021, e do artigo 116 do Decreto Municipal nº 62.100, de 2022, desde que haja concordância das partes, o contratado haja cumprido satisfatoriamente suas obrigações, bem como a pesquisa prévia revele que os preços são compatíveis com os de mercado, nos termos previstos na minuta de contrato - Anexo I deste Edital.

16.2.1. Caso a Contratada não tenha interesse na prorrogação do ajuste deverá comunicar este fato por escrito à Contratante, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias da data de término do prazo contratual, sob pena de incidência de penalidade contratual.

16.2.2. Na ausência de expressa oposição, e observadas as exigências contidas nos incisos I e II do artigo 116 do Decreto Municipal n.º 62.100, de 2022, o ajuste poderá, a critério da Administração Pública, ser prorrogado, mediante despacho da autoridade competente.

16.2.3. A não prorrogação do prazo de vigência contratual, por conveniência da Administração, não gerará à Contratada o direito a qualquer espécie de indenização.

16.2.4. Não obstante o prazo estipulado no subitem 16.2, a vigência contratual nos exercícios subsequentes ao da assinatura do contrato estará sujeita à condição resolutiva, consubstanciada na existência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício, para atender as respectivas despesas.

16.3. A DATA DE INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS será certificada pela unidade responsável pelo acompanhamento da execução contratual.

16.4. Os serviços deverão ser iniciados conforme previsto na Ordem de Início, e deverão ser seguidas as orientações da unidade responsável pela fiscalização do ajuste.

17. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E PAGAMENTO

17.1. As cláusulas relativas ao recebimento dos serviços e pagamento são as constantes da minuta de termo de contrato, Anexo I deste Edital.

17.2. Observar-se-á o quanto disposto no Decreto Municipal nº 62.100, de 27 de Dezembro de 2022, a respeito da nomeação de fiscais e acompanhamento da execução, até o seu término.

18. PENALIDADES

18.1. São aplicáveis as sanções e procedimentos previstos no Título IV, Capítulo I da Lei Federal nº 14.133/21 e Seção XI do Decreto Municipal nº 62.100/21.

18.2. As penalidades só deixarão de ser aplicadas nas seguintes hipóteses:

- a)** Comprovação, anexada aos autos, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento da obrigação; e/ou,
- b)** Manifestação da unidade requisitante, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis exclusivamente à Administração.

18.3. Ocorrendo recusa da adjudicatária em retirar/receber a nota de empenho e/ou assinar Termo Contrato, dentro do prazo estabelecido neste Edital, sem justificativa aceita pela Administração, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, serão aplicadas:

- a)** Multa no valor de 20% (vinte por cento) do valor do ajuste se firmado fosse;
- b)** Pena de impedimento de licitar e contratar pelo prazo de até 3 (três) anos com a Administração Pública, a critério da Prefeitura;

18.3.1. Incidirá nas mesmas penas previstas neste subitem a empresa que estiver impedida de firmar o ajuste pela não apresentação dos documentos necessários para tanto.

18.4. À licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, inclusive em razão de comportamento inadequado de seus representantes, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida neste edital, não mantiver a proposta/lance, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, se microempresa ou pequena empresa não regularizar a documentação fiscal no prazo concedido para este fim, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, serão aplicadas as penalidades referidas nas alíneas “a” e “b” do subitem 18.3 ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, a depender da natureza e gravidade da infração cometida e peculiaridades do caso em concreto.

18.5. As penalidades poderão ainda ser aplicadas em outras hipóteses, nos termos da Lei, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, sendo que com relação a multas serão aplicadas como segue:

- 18.5.1.** Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do ajuste, por inexecução total do objeto.
- 18.5.2.** Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inexecutada, por inexecução parcial do ajuste.
- 18.5.3.** Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do ajuste, por descumprimento de qualquer das obrigações decorrentes do ajuste, não previstas nas demais disposições desta cláusula.
- 18.5.4.** Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, por rescisão do ajuste decorrente de culpa da Contratada.
- 18.5.5.** As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras, quando cabíveis.
- 18.5.6.** As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras, quando cabíveis.
- 18.6.** Das decisões de aplicação de penalidade, caberá recurso nos termos dos artigos 166 e 167 da Lei Federal nº 14.133/21, observados os prazos nele fixados, que deverá ser dirigido à Coordenadora Regional de Saúde, e protocolizado nos dias úteis, das 08:00 às 17:00 horas.
- 18.7.** Não serão conhecidos recursos enviados pelo correio, telex, fac-símile, correio eletrônico ou qualquer outro meio de comunicação, se, dentro do prazo previsto em lei, a peça inicial original não tiver sido protocolizada.
- 18.8.** Caso a Contratante releve justificadamente a aplicação da multa ou de qualquer outra penalidade, essa tolerância não poderá ser considerada como modificadora de qualquer condição contratual, permanecendo em pleno vigor todas as condições deste Edital.
- 18.9.** Os procedimentos de aplicação das penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar serão conduzidos por comissão, nos termos do artigo 158, “caput” e § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021
- 18.10.** São aplicáveis à presente licitação e ao ajuste dela decorrente no que cabível for, inclusive, as sanções penais estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/21.

19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 19.1.** No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 19.2.** As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa e o princípio do formalismo moderado, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
- 19.3.** As licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a PMSP não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 19.4.** As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do certame.
- 19.4.1.** A falsidade de qualquer declaração prestada poderá caracterizar o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penas e das sanções administrativas previstas na legislação pertinente, mediante o devido processo legal, e implicará, também, a inabilitação da licitante se o fato vier a ser constatado durante o trâmite da licitação.
- 19.5.** A licitante vencedora deverá comunicar à Administração toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização, devendo manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 19.6.** O ajuste, suas alterações e rescisão obedecerão à Lei Federal nº 14.133/21, demais normas complementares e disposições deste Edital, aplicáveis à execução dos contratos e especialmente os casos omissos.
- 19.7.** A revogação ou anulação da licitação observará os procedimentos e normas previstas no art. 71 da Lei Federal nº 14.133/21

- 19.8.** O Pregoeiro poderá promover diligências destinada à complementação de informações sobre documentos já apresentados, desde que se tratem de fatos existentes à época da abertura do certame e atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas, nos termos do art. 64 da Lei Federal nº 14.133/21.
- 19.9.** Os casos omissos e as dúvidas surgidas serão resolvidos pelo Pregoeiro ouvidas, se for o caso, as Unidades competentes.
- 19.10.** Integrarão o ajuste a ser firmado, para todos os fins, a proposta da Contratada, a Ata da licitação e o Edital da Licitação, com seus anexos, que o precedeu, independentemente de transcrição.
- 19.11.** Nenhuma tolerância das partes quanto à falta de cumprimento de Quaisquer das cláusulas do ajuste poderá ser entendida como aceitação, novação ou precedente.
- 19.12.** A Contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir o objeto do contrato, no todo ou em parte, a terceiros, sob pena de rescisão.
- 19.13.** Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais em face da superveniência de normas federais e municipais disciplinando a matéria.
- 19.14.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, observado o art. 183 da Lei Federal 14.133/21
- 19.14.1.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário do Pregoeiro.
- 19.15.** Os atos relativos à licitação efetuados por meio do sistema serão formalizados e registrados em processo administrativo pertinente ao certame.
- 19.16.** O resultado deste Pregão e os demais atos pertinentes a esta licitação, sujeitos a publicação, serão divulgados no Diário Oficial da Cidade e no sítio eletrônico https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br/md_epubli_controlador.php?acao=negocios_pesquisar, bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP

- 19.17.** O pregoeiro e a equipe de apoio que atuarão neste pregão eletrônico foram designados nos autos do processo administrativo a ele pertinente e indicados no sistema.
- 19.18.** O Edital e seus anexos estão disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras>
- 19.19.** As dúvidas interpretativas e eventuais omissões serão realizadas com plena observância ao disposto nas normas previstas na Lei Federal 14.133/21 e no Decreto Municipal nº 62.100/22.
- 19.20.** Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma, conforme disposto no Decreto Municipal nº 56.633/2015.
- 19.21.** Fica desde logo eleito o Foro da Comarca da Capital – Vara da Fazenda Pública - para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes do presente certame ou de ajuste dele decorrente.

São Paulo, XX de XX de 20...

Pregoeiro

Coordenadoria Regional de Saúde Norte

ANEXO I – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO Nº

PROCESSO : XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

PREGÃO ELETRONICO Nº XXX/20....

OBJETO: Prestação de serviços de **XXX**, de acordo com as especificações e condições constantes do Anexo II do Edital.

CONTRATANTE: Prefeitura do Município de São Paulo –

CONTRATADA:

VALOR DO CONTRATO:

DOTAÇÃO A SER ONERADA:

NOTA DE EMPENHO:

Termo de Contrato que entre si celebram o **Município de São Paulo**, por meio de sua **Secretaria Municipal de Saúde – Coordenadoria Regional de Saúde Norte**, e a empresa.....

O **Município de São Paulo**, por sua **Coordenadoria Regional de Saúde Norte**, neste ato representada por, adiante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa....., com sede na, nº, Bairro: Cidade:, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob nº, neste ato representada por seu representante legal (qualificação completa, RG e CPF), adiante simplesmente designada **CONTRATADA**, nos termos da autorização contida no despacho de fls., do processo citado na epígrafe, têm entre si, justo e acordado o presente contrato, na conformidade das condições e cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO DO CONTRATO

O presente contrato tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE REMOÇÃO DE PACIENTES COM 09 (NOVE) AMBULÂNCIAS DE SUPORTE BÁSICO - TIPO B, COM MOTORISTA, ENFERMEIRO, QUILOMETRAGEM LIVRE (média de 420 Km/dia/veículo), COMBUSTÍVEL E MANUTENÇÃO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CRS-N E O PERFIL DE COMPLEXIDADE DE CUIDADO QUE A MAIORIA DOS PACIENTES DA REGIÃO REQUER: IDOSOS, ACAMADOS, EM TRATAMENTO ONCOLÓGICO DE QUIMIOTERAPIA E/OU RADIOTERAPIA, USUÁRIOS CONTÍNUOS DE OXIGÊNIO, QUE NECESSITAREM DESSE TRANSPORTE POR NÃO CONSEGUIREM UTILIZAR TRANSPORTE COLETIVO OU TRANSPORTE PRÓPRIO POR SE ENCONTRAREM DEBILITADOS E PERTENCEREM A REDE DE ATENÇÃO À SAÚDE DA COORDENADORIA REGIONAL DE SAÚDE NORTE.**

- 1.1.** Deverão ser observadas as especificações e condições de prestação de serviços constantes do Termo de Referência – Anexo II, que faz parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA
DOS LOCAIS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 2.1.** A prestação dos serviços será executada em conformidade com Termo de Referência – Anexo II, parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA
DO PRAZO CONTRATUAL

- 3.1.** O prazo de execução do contrato terá duração de meses, de/...../20... (inclusive) a/...../20..., prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021, e do artigo 116 do Decreto Municipal n.º 62.100, de 2022, desde que haja concordância das partes, o contratado haja cumprido satisfatoriamente suas obrigações, bem como a pesquisa prévia revele que os preços são compatíveis com os de mercado.
- 3.1.1.** Caso a Contratada não tenha interesse na prorrogação do ajuste deverá comunicar este fato por escrito à Contratante, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias

da data de término do prazo contratual, sob pena de incidência de penalidade contratual.

- 3.1.2.** Na ausência de expressa oposição, e observadas as exigências contidas nos incisos I e II do artigo 116 do Decreto Municipal n.º 62.100/22, o ajuste será prorrogado, mediante despacho da autoridade competente.
- 3.1.3.** A não prorrogação do prazo de vigência contratual, por conveniência da Administração, não gerará à Contratada o direito a qualquer espécie de indenização.
- 3.1.4.** Não obstante o prazo estipulado no subitem 3.1, a vigência contratual nos exercícios ~~subseqüentes~~subsequentes ao da assinatura do contrato estará sujeita à condição resolutiva, consubstanciada na existência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício, para atender as respectivas despesas.

CLÁUSULA QUARTA

DO PREÇO, DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E REAJUSTE

- 4.1.** O valor total estimado da presente contratação para o período de ~~doze meses~~ é de R\$ _____ (_____).
- 4.1.1.** O valor mensal estimado da presente contratação é de R\$ _____ (_____).
- 4.2.** Todos os custos e despesas necessários à correta execução do ajuste estão inclusos no preço, inclusive os referentes às despesas trabalhistas, previdenciárias, impostos, taxas, emolumentos, em conformidade com o estatuído no Edital e seus Anexos, constituindo a única remuneração devida pela CONTRATANTE à CONTRATADA.
- 4.3.** Para fazer ~~frente~~ às despesas do Contrato, foi emitida a nota de empenho nº, no valor de R\$(.....), onerando a dotação orçamentária nº do orçamento vigente, respeitado o princípio da anualidade orçamentária, devendo as despesas do exercício subsequente onerar as dotações do orçamento próprio.
- 4.4.** Os preços contratuais serão reajustados, observada a **periodicidade anual** que terá como termo inicial a data do orçamento estimado, desde que não ultrapasse o valor praticado no mercado.

4.4.1. O índice de reajuste será o Índice de Preços ao Consumidor – IPC, apurado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE, válido no momento da aplicação do reajuste, nos termos da Portaria SF n.º 389/17, bem como Decreto Municipal nº 57.580/17.

4.4.1.1. Eventuais diferenças entre o índice geral de inflação efetivo e aquele acordado na cláusula 4.4.1 não geram, por si só, direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

4.4.2. Fica vedado qualquer novo reajuste pelo prazo de 1 (um) ano.

4.5. Será aplicada compensação financeira, nos termos da Portaria SF nº 05, de 05 de janeiro de 2012, quando houver atraso no pagamento dos valores devidos, por culpa exclusiva da Contratante, observada a necessidade de se apurar a responsabilidade do servidor que deu causa ao atraso no pagamento, nos termos legais.

4.6. As hipóteses excepcionais ou de revisão de preços serão tratadas de acordo com a legislação vigente e exigirão detida análise econômica para avaliação de eventual desequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

4.7. Fica ressalvada a possibilidade de alteração da metodologia de reajuste, atualização ou compensação financeira desde que sobrevenham normas federais e/ou municipais que as autorizem.

CLÁUSULA QUINTA

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5. A contratada deverá arcar com todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais e securitários, bem como qualquer outro tipo de despesa eventualmente incidente;

5.1. Os serviços serão executados dentro do perímetro urbano do Município de São Paulo, tendo como locais de saídas ou disponibilidade os endereços e destinos determinados pela Administração;

- 5.2.** Os veículos serão controlados individualmente, através de fichas diárias com o relatório dos veículos contendo horário de apresentação e dispensa, eventuais ocorrências, devidamente assinadas pelos motoristas e pelos usuários que utilizarem os veículos;
- 5.3.** Contratada será responsável pela segurança do trabalho de seus empregados e pelos atos por ele praticados, civil e criminalmente responsabilizando-se, ainda, por eventuais danos pessoas e materiais causados a terceiros durante a locomoção do veículo aos locais de trabalho, bem como durante a prestação dos serviços à Prefeitura;
- 5.4.** A Contratada se obriga a afastar ou substituir dentro de 24 (vinte e quatro) horas, sem ônus para a Prefeitura, qualquer funcionário de seu quadro que, por sua solicitação, não deva continuar a participar da prestação dos serviços;
- 5.5.** A Contratada deverá responsabilizar-se integralmente por intercorrências relativas a acidentes de trânsito, multas, etc.;
- 5.6.** A Contratada deverá garantir que a tripulação se apresente devidamente uniformizada, usando crachá de identificação com foto atual. Deverá também adotar em sua conduta os preceitos básicos de educação, cortesia e profissionalismo;
- 5.7.** A Contratada deverá garantir que os veículos, com tripulação, se apresentem devidamente abastecidos nos locais e horários pré-estabelecidos e percorram todos os itinerários que forem determinados para o transporte de pacientes, no interesse da contratante, sendo que a sua dispensa somente ocorrerá com a autorização por escrito do responsável da Contratante;
- 5.8.** A Contratada obriga-se a cobrir eventuais faltas de veículos e/ou motoristas e/ou enfermeiros, no período máximo de 02 (duas) horas;

- 5.9.** A Contratada deverá respeitar e fazer com que seu pessoal respeite as normas de segurança do trabalho, disciplina e demais regulamentos em vigor no local de trabalho;
- 5.10.** A Contratada deverá fornecer e exigir da tripulação dos veículos o uso de todos os equipamentos de segurança previstos em legislação em vigor e outros solicitados pela Fiscalização;
- 5.11.** A Contratada deverá arcar com todos os encargos trabalhistas, impostos municipais, estaduais e federais, bem como, as despesas de combustível, manutenção dos veículos e dos equipamentos, treinamento e reciclagem de seus funcionários;
- 5.12.** A Contratada deverá apresentar comprovantes de seguro dos veículos sob a prestação do serviço, com cobertura de danos envolvendo paciente e acompanhante e tripulação, bem como ser responsável pela manutenção do mesmo, acionamento e pagamento franquia por sinistro (caso ocorra). O seguro deverá cobrir incêndio, roubo, colisão e danos a terceiros (responsabilidade civil);
- 5.13.** A Contratada deverá executar manutenção preventiva e corretiva dos veículos, incluindo os serviços de funilaria, pintura, troca de pneus, lubrificação, bem como substituição de peças desgastadas;
- 5.14.** A Contratada deverá verificar diariamente a limpeza interna e externa, pintura, estofados, pneus e outros equipamentos necessários à execução dos serviços; luzes de freio, faróis dianteiros, lanternas dianteiras e traseiras, luz de ré, luz interior dos veículos e sistema de partida; sistema de suspensão, de direção, de freios, de motor, de câmbio e amortecedores;
- 5.15.** A Contratada deverá apresentar documentos relativos ao veículo, aos profissionais e aos equipamentos, sempre que solicitado pelo Contratante. Deverá apresentar certificado de

vistoria dos veículos assim como documento que comprove a manutenção preventiva dos veículos e equipamentos utilizados para assistência do paciente a bordo;

- 5.16.** A Contratada deverá garantir a implantação e manutenção dos locais estratégicos para a permanência das ambulâncias, às suas expensas, sendo vedada a permanência dos veículos envolvidos na prestação dos serviços nas dependências nas Unidades subordinadas, exceto em trânsito exclusivo de exercício da função;
- 5.17.** A Contratada deverá manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições que culminaram em sua contratação;
- 5.18.** A Contratada deverá apresentar à Contratante, mensalmente, comprovantes de pagamentos de salários, apólices de seguro contra acidentes de trabalho, quitação de suas obrigações trabalhistas e previdenciárias relativas aos seus empregados, que estejam ou tenham estado a serviço da Contratada, por força do contrato celebrado com a Contratante;
- 5.19.** A Contratada deverá manter contingente suficiente de profissionais, de forma a atender o cumprimento das obrigações assumidas, devendo possuir pessoal excedente, contendo as características exigidas de substituição;
- 5.20.** A Contratada deverá afastar, após notificação, todo empregado que, a critério da Contratante, proceder de maneira desrespeitosa para com os servidores e usuários que se utilizam dos serviços;
- 5.21.** A Contratada deverá providenciar a confecção e colocação de adesivos e placas nos veículos, no tamanho, desenho, cores e modelo a serem fornecidos pela Contratante, indicando: "A SERVIÇO DA COORDENADORIA REGIONAL DE SAÚDE NORTE – PMSP".

CLÁUSULA SEXTA

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. O Contratante responsabiliza-se por:

- 6.1.1.** Efetuar periodicamente a programação dos serviços a serem executados pela Contratada;
- 6.1.2.** Exercer a fiscalização dos serviços por pessoas designadas;
- 6.1.3.** Indicar, formalmente, o gestor e/ou o fiscal para acompanhamento da execução contratual.
- 6.1.4.** Encaminhar a liberação de pagamento das faturas da prestação de serviços aprovadas;

CLÁUSULA SÉTIMA

DO PAGAMENTO

- 7.1.** O prazo de pagamento será de 30 (trinta) dias, a contar da data da entrega de cada nota fiscal ou nota fiscal fatura.
 - 7.1.1.** Caso venha ocorrer a necessidade de providências complementares por parte da contratada, a fluência do prazo será interrompida, reiniciando-se a sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.
 - 7.1.2.** Caso venha a ocorrer atraso no pagamento dos valores devidos, por culpa exclusiva da Administração, a Contratada terá direito à aplicação de compensação financeira, nos termos da Portaria SF nº 05, de 05/01/2012.
- 7.2.** Os pagamentos serão efetuados em conformidade com a execução dos serviços, mediante apresentação da(s) respectiva(s) nota(s) fiscal(is) ou nota(s) fiscal(is)/fatura, bem como de cópia reprográfica da nota de empenho, acompanhada, quando for o caso, do recolhimento do ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza do mês de competência, descontados os eventuais débitos da Contratada, inclusive os decorrentes de multas.

- 7.2.1.** No caso de prestadores de serviço com sede ou domicílio fora do Município de São Paulo, deverá ser apresentada prova de inscrição no CPOM – Cadastro de Empresas Fora do Município, da Secretaria Municipal de Finanças, nos termos dos artigos 9º-A E 9º-B da Lei Municipal nº 13.701/2003, com redação da Lei Municipal nº 14.042/05 e artigo 68 do Regulamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, aprovado pelo Decreto Municipal nº 53.151/12.
- 7.2.2.** Não sendo apresentado o cadastro mencionado no subitem anterior, o valor do ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, incidente sobre a prestação de serviços objeto do presente, será retido na fonte por ocasião de cada pagamento, consoante determina o artigo 9º-A e seus parágrafos 1º e 2º, da Lei Municipal nº 13.701/2003, acrescentados pela Lei Municipal nº 14.042/05, e na conformidade do Regulamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, aprovado pelo Decreto Municipal nº 50.896/09 e da Portaria SF nº 124/12
- 7.3.** Na hipótese de existir nota de retificação e/ou nota suplementar de empenho, cópia(s) da(s) mesma(s) deverá(ão) acompanhar os demais documentos.
- 7.4.** A Contratada deverá apresentar, a cada pedido de pagamento, os documentos a seguir discriminados, para verificação de sua regularidade fiscal perante os órgãos competentes:
- a)** Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – F.G.T.S., fornecido pela Caixa Econômica Federal;
 - b)** Certidão Negativa de Débitos relativa às Contribuições Previdenciárias e as de Terceiros – CND – ou outra equivalente na forma da lei;
 - c)** Certidão negativa de débitos de tributos mobiliários do Município de São Paulo;
 - d)** Certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT);
 - e)** Nota Fiscal ou Nota Fiscal Fatura devidamente atestada;
 - f)** Folha de Medição dos Serviços;
 - g)** Relação atualizada dos empregados vinculados à execução contratual;
 - h)** Folha de frequência dos empregados vinculados à execução do contrato, no mês anterior ao mês da prestação do serviço que se refere o pedido de pagamento;

- i)** Folha de pagamento dos empregados vinculados à execução do contrato, do mês anterior ao mês da prestação do serviço que se refere o pedido de pagamento
- j)** Cópia do Protocolo de envio de arquivos, emitido pela conectividade social (GFIP/SEFIP);
- k)** Cópia da Relação dos Trabalhadores constantes do arquivo SEFIP do mês anterior ao pedido de pagamento;
- l)** Cópia da Guia quitada do INSS (GPS), correspondente ao mês da última fatura vencida;
- m)** Cópia da Guia quitada do FGTS (GRF), correspondente ao mês da última fatura vencida.
- n)** Guia do FGTS Digital - GFD com seu respectivo comprovante de pagamento, correspondente ao mês anterior ao mês da prestação do serviço a que se refere o pedido de pagamento;
- o)** Relatório de conferência “Detalhe da guia emitida” do FGTS Digital, com a relação de empregados correspondentes a GFD apresentada, do mês anterior ao mês da prestação do serviço a que se refere o pedido de pagamento;

7.4.1. Serão aceitas como prova de regularidade, certidões positivas com efeito de negativas e certidões positivas que noticiem em seu corpo que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.

7.5. Por ocasião de cada pagamento, serão feitas as retenções eventualmente devidas em função da legislação tributária.

7.6. A não apresentação de certidões negativas de débito, ou na forma prevista no subitem 7.4.1, não impede o pagamento, porém será objeto de aplicação de penalidade ou rescisão contratual, conforme o caso.

7.7. O pagamento será efetuado por crédito em conta corrente, no BANCO DO BRASIL S/A, conforme estabelecido no Decreto nº 51.197/2010, publicado no DOC do dia 22 de janeiro de 2010.

- 7.8.** Fica ressalvada qualquer alteração por parte da Secretaria Municipal de Finanças, quanto às normas referentes ao pagamento de fornecedores.

CLÁUSULA OITAVA

DO CONTRATO E DA EXTINÇÃO

- 8.1.** O presente contrato é regido pelas disposições da Lei Federal nº 14.133/21, do Decreto Municipal nº 62.100/2022, Decreto Municipal nº 56.475/2015 e da Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, e das demais normas complementares aplicáveis
- 8.2.** O ajuste poderá ser alterado nas hipóteses previstas no artigo 137 da Lei Federal 14.133/21.
- 8.3.** A CONTRATANTE se reserva o direito de promover a redução ou acréscimo do ajuste, nos termos do art. 125 da Lei Federal 14.133/21.
- 8.4.** O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
- 8.5.** O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.
- 8.6.** O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 8.7.** Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

CLÁUSULA NONA

DA EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

- 9.1.** A execução dos serviços será feita conforme o Termo de Referência, Anexo II do Edital da licitação que precedeu este ajuste, e dele faz parte integrante para todos os fins.

- 9.2.** A execução dos serviços objeto deste contrato deverá ser atestada pelo responsável pela fiscalização, pela CONTRATANTE, atestado esse que deverá acompanhar os documentos para fins de pagamento conforme Cláusula Sétima.
- 9.2.1.** A fiscalização será exercida de acordo com o Decreto Municipal nº 62.100/2022.
- 9.3.** O objeto contratual será recebido consoante as disposições do artigo ~~73~~140, da Lei Federal nº ~~8.666/93~~14.133/21 e demais normas municipais pertinentes.
- 9.4.** O objeto contratual será recebido mensalmente mediante relatório de medição dos serviços executados no mês, emitido pela Contratada, sendo tal relatório submetido à fiscalização da Contratante, que, após conferência, atestará se os serviços foram prestados a contento, atestado esse que deverá ser acompanhado de fatura ou nota-fiscal-fatura, bem como da cópia reprográfica da nota de empenho, para fins de pagamento.
- 9.5.** Havendo inexecução de serviços, o valor respectivo será descontado da importância mensal devida à Contratada, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, observados os trâmites legais e os princípios do contraditório e ampla defesa.
- 9.5.1.** O recebimento e aceite do objeto pela CONTRATANTE não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA por vícios de quantidade ou qualidade dos serviços, materiais ou disparidades com as especificações estabelecidas no Anexo I, verificadas posteriormente.

CLÁUSULA DÉCIMA

DAS PENALIDADES

- 10.1.** Com fundamento no artigo 156, incisos I a IV, da Lei nº 14.133/21, a contratada poderá ser apenada, isoladamente, ou juntamente com as multas definidas no item 10.2, com as seguintes penalidades:
- a)** Advertência;
 - b)** Impedimento de licitar e contratar; ou
 - c)** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;
- 10.1.1.** Na aplicação das sanções serão considerados a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias

agravantes ou atenuantes, os danos que dela provierem para a Administração Pública e a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

- 10.1.2.** A falha na execução do contrato, para fins de aplicação do quanto previsto no item 10.1, estará configurada quando a CONTRATADA se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na Tabela 3 abaixo, respeitada a graduação de infrações conforme a Tabela 1 deste item, e alcançar o total de 100 (cem) pontos, cumulativamente.

Tabela 1

GRAU DA INFRAÇÃO	PONTOS DA INFRAÇÃO
1	2
2	3
3	4
4	5
5	8
6	10

- 10.1.2.1.** Os pontos serão computados a partir da aplicação da penalidade, com prazo de depuração de 12 (doze) meses.

- 10.1.2.2.** Sendo a infração objeto de recurso administrativo, os pontos correspondentes ficarão suspensos até o seu julgamento e, sendo mantida a penalidade, serão computados, observado o prazo de 12 (doze) meses, a contar da data da aplicação da penalidade.

- 10.2.** A CONTRATADA estará sujeita às seguintes penalidades pecuniárias:

- 10.2.1.** Multa 1% (um por cento) sobre o valor do Contrato por dia de atraso no início da prestação de serviços, até o máximo de 10 (dez) dias.

- 10.2.1.1.** No caso de atraso por período superior a 10 (dez) dias, poderá ser promovida, a critério exclusivo da contratante, a rescisão contratual, por culpa da contratada, aplicando-se a pena de multa de 20% (vinte

por cento) do valor total do Contrato, além da possibilidade de aplicação da pena de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

- 10.2.2.** Multa por inexecução parcial do contrato: 10% (dez por cento), sobre o valor mensal da parcela não executada, além da possibilidade de aplicação da pena de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.
- 10.2.3.** Multa por inexecução total do contrato: 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, além da possibilidade de aplicação da pena de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.
- 10.2.4.** Pelo descumprimento das obrigações contratuais, a Administração aplicará multas conforme a graduação estabelecida nas tabelas seguintes:

Tabela 2

(A dimensão das sanções poderá ser fixada em valores preestabelecidos ou em percentual do valor diário, mensal ou anual do contrato.)

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% do valor mensal do contrato
2	0,4% do valor mensal do contrato
3	0,8% do valor mensal do contrato
4	1,6% do valor mensal do contrato
5	3,2% do valor mensal do contrato
6	4,0% do valor mensal do contrato

Tabela 3

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Permitir a presença de empregado não uniformizado ou com uniforme manchado, sujo, mal apresentado e/ou sem crachá.	1	Por empregado e por ocorrência

2	Manter empregado sem qualificação para a execução dos serviços.	1	Por empregado e por dia
3	Executar serviço incompleto, paliativo, provisório como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar.	2	Por ocorrência
4	Fornecer informação falsa de serviço ou substituição de material licitado por outro de qualidade inferior.	2	Por ocorrência
5	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais.	6	Por dia e por tarefa designada
6	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes.	3	Por ocorrência
7	Utilizar as dependências da CONTRATANTE para fins diversos do objeto do contrato.	5	Por ocorrência
8	Recusar-se a executar serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado.	5	Por ocorrência
9	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.	6	Por ocorrência
10	Retirar das dependências da CONTRATANTE quaisquer equipamentos ou materiais, previstos em contrato, sem autorização prévia do responsável.	1	Por item e por ocorrência
11	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia da CONTRATANTE.	4	Por empregado e por dia

Para os itens a seguir, deixar de:

12	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal.	1	Por empregado e por dia
13	Substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições.	2	Por empregado e por dia
14	Manter a documentação de habilitação atualizada.	1	Por item e por ocorrência
15	Cumprir horário estabelecido pelo contrato ou determinado pela FISCALIZAÇÃO.	1	Por ocorrência
16	Cumprir determinação da FISCALIZAÇÃO para controle de acesso de seus empregados.	1	Por ocorrência
17	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO.	2	Por ocorrência
18	Efetuar a reposição de empregados faltosos.	2	Por ocorrência
19	Efetuar o pagamento de salários, vales-transportes, vales-refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como arcar com quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas.	6	Por mês
20	Efetuar os recolhimentos das contribuições sociais da Previdência Social ou do FGTS.	6	Por mês
21	Entregar o uniforme aos empregados na periodicidade definida no Edital e seus anexos.	1	Por empregado e por dia
22	Manter sede, filial ou escritório de atendimento na cidade local de prestação dos serviços.	1	Por ocorrência e por dia

23	Apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista, previdenciária e outros documentos necessários à comprovação do cumprimento dos demais encargos trabalhistas.	2	Por ocorrência e por dia
24	Creditar os salários nas contas bancárias dos empregados, em agências localizadas na cidade local da prestação dos serviços ou em outro definido pela Administração.	1	Por ocorrência e por dia
25	Entregar ou entregar com atraso ou incompleta a documentação exigida na cláusula referente às condições de pagamento.	1	Por ocorrência e por dia
26	Apresentar notas fiscais discriminando preço e quantidade de todos os materiais utilizados mensalmente, indicando marca, quantidade total e quantidade unitária (volume, peso etc.).	4	Por ocorrência
27	Entregar ou entregar com atraso os esclarecimentos formais solicitados para sanar as inconsistências ou dúvidas suscitadas durante a análise da documentação exigida por força do contrato.	2	Por ocorrência e por dia
28	Manter em estoque equipamentos discriminados em contrato, para uso diário.	2	Por item e por dia
29	Fornecer EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) aos seus empregados e de impor penalidades àqueles que se negarem a usá-los.	2	Por empregado e por ocorrência
30	Cumprir quaisquer dos itens do contrato e seus anexos não previstos nesta tabela de multas	1	Por item e por ocorrência

31	Cumprir quaisquer dos itens do contrato e seus anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela unidade fiscalizadora.	2	Por item e por ocorrência
32	Substituir os equipamentos que apresentarem defeitos e/ou apresentarem rendimento insatisfatório no Prazo constante no Anexo I do Edital, parte integrante deste Contrato.	2	Por dia
33	Providenciar a manutenção para solução de problema que acarrete suspensão de disponibilidade ou de operacionalidade do sistema predial.	4	Por ocorrência
34	Cumprir o programa periódico de manutenção preventiva determinada em contrato.	3	Por item e por ocorrência

10.2.4.1. A Contratante, por conveniência e oportunidade, poderá converter a multa pecuniária, não superior a R\$ 50,00 (cinquenta reais), em advertência, uma única vez a cada 6 (seis) meses, a contar da data da conversão da aplicação da penalidade, mantendo-se o cômputo de pontos.

10.2.5. Se, por qualquer meio, independentemente da existência de ação judicial, chegar ao conhecimento do gestor do contrato uma situação de inadimplemento com relação às obrigações trabalhistas, tais como salários, vale-transporte, vale-refeição, seguros, entre outros, previstos em lei ou instrumento normativo da categoria e constantes na planilha de composição de custo, caberá a autoridade apurá-la e, se o caso, garantido o contraditório, aplicar à contratada multa de 20% (vinte por cento), sobre o valor da parcela não executada, pelo descumprimento de obrigação contratual e, persistindo a situação, o contrato será rescindido.

10.2.6. Havendo comunicação de desinteresse da CONTRATADA em prorrogar o contrato após o prazo previsto no item 3.1.1. deste Contrato, estará sujeita à multa de:

- a)** 5% (cinco por cento) do valor do contrato, se ocorrida a comunicação entre o 60º e o 89º dia antes do término do contrato;
- b)** 10% (dez por cento) do valor do contrato, se ocorrida a comunicação entre o 20º e o 59º dia antes do vencimento do contrato;
- c)** 15% (quinze por cento) do valor do contrato, se ocorrida a comunicação a partir do 19º dia antes do vencimento do contrato até o seu termo.

10.2.6.1. A aplicação da multa não ilide a aplicação das demais sanções previstas no item 10.1, independentemente da ocorrência de prejuízo decorrente da descontinuidade da prestação de serviço imposto à Administração.

10.3. O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA.

10.3.1. Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, a diferença será descontada da garantia contratual, quando exigida.

10.3.2. Se os valores das faturas e da garantia forem insuficientes, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da comunicação oficial.

10.3.3. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA à CONTRATANTE, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

10.3.4. Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da solicitação da CONTRATANTE.

10.4. Caso haja rescisão, a mesma atrai os efeitos previstos no artigo 139, incisos I e IV, da Lei Federal nº 14.133/21.

10.5. Das decisões de aplicação de penalidade, caberá recurso nos termos dos artigos 166 e 167 da Lei Federal nº 14.133/21, observados os prazos nele fixados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DA GARANTIA

- 11.1.** Para execução deste contrato, será prestada garantia no valor de R\$, correspondente ao importe de [5% (cinco inteiros por cento)] do valor total do contrato, sob a modalidade, nos termos do artigo 96, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/21~~nos termos do artigo 56, § 1º, incisos I, II e III da Lei Federal nº 8.666/93~~, observado o quanto disposto na Portaria SF nº 122/2009.
- 11.1.1.** Sempre que o valor contratual for aumentado ou o contrato tiver sua vigência prorrogada, a contratada será convocada a reforçar a garantia, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, de forma a que corresponda sempre a mesma percentagem estabelecida.
- 11.1.1.1.** O não cumprimento do disposto na cláusula supra, ensejará aplicação da penalidade estabelecida na cláusula 10.2 deste contrato.
- 11.1.2.** A garantia exigida pela Administração poderá ser utilizada para satisfazer débitos decorrentes da execução do contrato, inclusive nos termos da Orientação Normativa 2/12 – PGM, e/ou de multas aplicadas à empresa contratada.
- 11.1.3.** A garantia contratual será devolvida após a lavratura do Termo de Recebimento Definitivo dos serviços, mediante requerimento da Contratada, que deverá vir acompanhado de comprovação, contemporânea, da inexistência de ações distribuídas na Justiça do Trabalho que possam implicar na responsabilidade subsidiária do ente público, condicionante de sua liberação, nos termos da Orientação Normativa 2/12 – PGM.
- 11.1.4.** A garantia poderá ser substituída, mediante requerimento da interessada, respeitadas as modalidades referidas no artigo 96, §1º, da Lei Federal nº 14.133/21 14.133/21.
- 11.2.** A validade da garantia prestada, em seguro-garantia ou fiança bancária, deverá ter validade mínima de (.....) dias, além do prazo estimado para encerramento do contrato, por força da Orientação Normativa nº 2/2012 da PGM.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA
DISPOSIÇÕES FINAIS

- 12.1.** Nenhuma tolerância das partes quanto à falta de cumprimento de qualquer das cláusulas deste contrato poderá ser entendida como aceitação, novação ou precedente.
- 12.2.** Todas as comunicações, avisos ou pedidos, sempre por escrito, concernentes ao cumprimento do presente contrato, serão dirigidos aos seguintes endereços:

CONTRATANTE:

CONTRATADA:

- 12.3.** Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais em face da superveniência de normas federais e/ou municipais que as autorizem.
- 12.4.** Fica a CONTRATADA ciente de que a assinatura deste termo de contrato indica que tem pleno conhecimento dos elementos nele constantes, bem como de todas as condições gerais e peculiares de seu objeto, não podendo invocar qualquer desconhecimento quanto aos mesmos, como elemento impeditivo do perfeito cumprimento de seu objeto.
- 12.5.** A Administração reserva-se o direito de executar através de outras contratadas, nos mesmos locais, serviços distintos dos abrangidos na presente contratação.
- 12.6.** A Contratada deverá comunicar a Contratante toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização, sendo sua obrigação manter, durante a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 12.7.** No ato da assinatura deste instrumento foram apresentados todos os documentos exigidos pelo item 11.7. do edital.
- 12.8.** Ficam fazendo parte integrante deste instrumento, para todos os efeitos legais, o edital da licitação que deu origem à contratação, com seus Anexos, Proposta da contratada e a ata da sessão pública do pregão sob fls ____ e ____ do processo administrativo nº

12.9. O presente ajuste, o recebimento de seu objeto, suas alterações e rescisão obedecerão a Lei Municipal nº 13.278/2002 o Decreto Municipal nº 62.100/22, Lei Federal nº 8.666/93 14.133/21 e demais normas pertinentes, aplicáveis à execução dos serviços e especialmente aos casos omissos.

Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

DO FORO

13.1. Fica eleito o foro desta Comarca para todo e qualquer procedimento judicial oriundo deste Contrato, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja ou venha a ser.

E para firmeza e validade de tudo quanto ficou estabelecido, lavrou-se o presente termo de contrato, em 03 (três) vias de igual teor, o qual depois de lido e achado conforme, vai assinado e rubricado pelas partes contratantes e duas testemunhas presentes ao ato.

São Paulo, dd de mmm de aaaa.

Prefeitura do Município de São Paulo
Coordenadoria Regional de Saúde Norte

CONTRATANTE

CONTRATADA

Nome:

RG:

Cargo:

TESTEMUNHAS:



Prefeitura da Cidade de **S**ão **P**aulo
Secretaria **M**unicipal da **S**aúde
Coordenadoria Regional de Saúde Norte

ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

- 1. Descrição do Objeto**
- 2. Dos Locais de Prestação de Serviços**
- 3. Do Prazo Contratual**
- 4. Do Início dos Serviços e Vistoria Técnica;**
- 5. Da Apresentação Geral dos Veículos e Pessoal**
- 6. Manutenção e Cobertura de Seguros**
- 7. Obrigações da Contratada**
- 8. Obrigações da Contratante**
- 9. Fiscalização/Controle de Execução dos Serviços**
- 10. Remuneração de Serviço Prestado e Medições**

1. DESCRIÇÃO DO OBJETO

1.1. Constitui objeto da presente licitação a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE REMOÇÃO DE PACIENTES COM 09 (NOVE) AMBULÂNCIAS DE SUPORTE BÁSICO - TIPO B, COM MOTORISTA, ENFERMEIRO, QUILOMETRAGEM LIVRE (média de 420 Km/dia/veículo), COMBUSTÍVEL E MANUTENÇÃO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CRS-N E O PERFIL DE COMPLEXIDADE DE CUIDADO QUE A MAIORIA DOS PACIENTES DA REGIÃO REQUER: IDOSOS, ACAMADOS, EM TRATAMENTO ONCOLÓGICO DE QUIMIOTERAPIA E/OU RADIOTERAPIA, USUÁRIOS CONTÍNUOS DE OXIGÊNIO, QUE NECESSITAREM DESSE TRANSPORTE POR NÃO CONSEGUIREM UTILIZAR TRANSPORTE COLETIVO OU TRANSPORTE PRÓPRIO POR SE ENCONTRAREM DEBILITADOS E PERTENCEREM A REDE DE ATENÇÃO À SAÚDE DA COORDENADORIA REGIONAL DE SAÚDE NORTE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DESTES ANEXOS.

1.1.1. As unidades de saúde indicadas para o encaminhamento dos pacientes (destino) poderão ser alteradas a qualquer tempo, com a devida comunicação desta CRS-N, em

função das alterações realizadas pela Regulação deste Município, para referência de especialidades e exames.

1.2. O objeto deverá atingir o fim a que se destina, com eficácia e qualidade requeridas.

1.3. Serviços Eventuais:

1.3.1. Excepcionalmente, com autorização expressa do fiscal/suplente do Setor de Remoções, respaldado pela Área Técnica de Contratos, a Contratada deverá fornecer 01 (uma) ambulância extra com tripulação para realizar até 12 (doze) remoções anuais cujo destino seja o Município de São Paulo ou a região Metropolitana da Grande São Paulo e quando houver **necessidade de transporte de paciente decorrente de demanda judicial**. Para estes casos, NÃO HAVERÁ cobrança adicional por quilômetro rodado ou por hora parada.

1.3.2. A Coordenadoria Regional de Saúde Norte **poderá convocar para serviços extraordinários aos sábados, domingos e feriados, que serão pré-agendados e limitado a 10 (dez) eventos por ano.**

1.3.3. Tais serviços serão caracterizados como horas extraordinárias, para efeito de apropriação e remuneração.

2. DOS LOCAIS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1. A prestação dos serviços será executada para as unidades que estão sob a responsabilidade da Coordenadoria Regional de Saúde Norte.

2.2. Os serviços serão executados dentro do perímetro urbano do Município de São Paulo, tendo como locais de saídas ou disponibilidade os endereços e destinos determinados pela Administração.

3. DO PRAZO CONTRATUAL

3.1. O prazo de execução do contrato terá duração de 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado por idênticos períodos e nas mesmas condições, desde que haja concordância das partes, observado o prazo limite constante do art. 107, da Lei Federal 14.133/21.

3.1.1. Caso a Contratada não tenha interesse na prorrogação do ajuste deverá comunicar este fato por escrito à Contratante, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias da data de término do prazo contratual, sob pena de incidência de penalidade contratual.

3.1.2. Na ausência de expressa oposição e observadas as exigências contidas nos itens I e II do artigo 116 do Decreto Municipal 62.100/2022, o ajuste será prorrogado, mediante despacho da autoridade competente.

3.1.3. A não prorrogação do prazo de vigência contratual, por conveniência da Administração, não gerará à Contratada o direito a qualquer espécie de indenização.

3.1.4. Não obstante o prazo estipulado no subitem 3.1, a vigência contratual nos exercícios subsequentes ao da assinatura do contrato estará sujeita à condição resolutiva, consubstanciada na existência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício, para atender as respectivas despesas.

4. DO INÍCIO DOS SERVIÇOS E VISTORIA

4.1. A CONTRATADA deverá fornecer os veículos solicitados a partir da emissão da Ordem de Início pela CONTRATANTE, utilizando-se apenas dos veículos já vistoriados e em perfeitas condições de funcionamento, conservação e higiene (interna e externa) e com ano de fabricação conforme preconizado neste Anexo;

4.1.1. Para emissão da Ordem de Início a CONTRATADA deverá apresentar os veículos para vistoria prévia no prazo de até 10 (dez) dias a contar da assinatura do contrato;

UNIDADE	ENDEREÇO
Administração/CRSN	Rua Paineira do Campo, 902 – Santana – fone: 2224-6836

4.2. Será obrigatória a apresentação da listagem dos veículos aprovados a serem utilizados na Frota e cópias dos documentos de licenciamento atualizado dos mesmos;

4.3. Por ocasião da vistoria, deverá apresentar listagem dos motoristas que prestarão serviço, bem como a cópia da Carteira Nacional de Habilitação, de acordo com o veículo que será operado pelos mesmos, bem como cópia do contrato de trabalho ou da carteira de trabalho com o devido registro e comprovante de curso de socorrista.

5. DA APRESENTAÇÃO GERAL DOS VEÍCULOS E PESSOAL

As ambulâncias deverão ser aptas ao transporte classificadas como Tipo B, de acordo com as características definidas pela Portaria MS/GM nº 2.048 de 05/11/2002, cujas dimensões e outras especificações deverão obedecer à norma ABNT-NBR 14.561:2000.

5.1. Os veículos devem apresentar as seguintes características:

5.1.1. Os veículos devem ser próprios, e a contratada deverá apresentar documento apto a comprovar a propriedade do veículo em nome da empresa;

5.1.2. Os veículos deverão estar em perfeitas condições de uso, de higiene e limpeza (interna e externa), bem como não poderão apresentar avarias na lataria ou pontos de ferrugem;

5.1.3. Não podem ter sido fabricados há mais de 04 (quatro) anos, levando-se em consideração o ano de fabricação do veículo e não o ano do modelo, devendo ser substituído assim que completar a idade especificada;

5.1.4. Os veículos deverão estar licenciados em conformidade com o Código Nacional de Trânsito;

- 5.1.5.** Os veículos devem estar equipados de acordo com a legislação nacional e com motorista e combustível;
- 5.1.6.** Os veículos devem ser preferencialmente, flex ou a diesel, de cor branca, tipo furgão com tração 4x2, com as indicações normais de uma ambulância (sirene, faróis luminosos), faixas nas laterais;
- 5.1.7.** Os veículos devem ser específicos para remoção de pacientes, com maca escamoteável, com travas e rodízios, com uma cadeira fixa para acompanhante, suportes para aparelhos, trava na porta, iluminação interior adequada;
- 5.1.8.** Os sistemas de freio do veículo, assim como outros itens devem atender os valores requeridos pela Resolução CONTRAN nº 777/93 e suas posteriores alterações;
- 5.1.9.** Os veículos devem dispor de sistema de monitoramento remoto de parâmetros de utilização e desempenho dos veículos e operadores;
- 5.1.10.** Os veículos deverão ser lavados e higienizados a cada transporte independente da patologia do paciente e submetidos a processo de desinfecção, conforme Portaria GM/MS nº 2.616, de 12/05/1998, nos casos de transportes de portadores de doenças infectocontagiosas;
- 5.1.11.** Os veículos passarão por vistoria diária realizada por fiscal designada pela Contratante.

5.2. Da Ambulância de Suporte Básico Tipo B:

Ambulância de suporte básico, do Tipo B, conforme estabelece a Portaria MS GM/Nº 2048, de 05/11/2002 e ABNT NBR 14561:2000, devendo a mesma conter todos os itens mínimos, conforme a seguir:

- a) Sinalizador linear com sirene eletrônica ou similar;
- b) Maca retrátil, com rodas com trava, para pacientes com peso até 300 Kg;
- c) Suporte para soro;
- d) Instalação de rede de oxigênio com cilindro, válvula, manômetro em local de fácil visualização, régua com dupla saída (a primeira portando fluxômetro e umidificador de oxigênio e a segunda portando aspirador tipo Venturi);
- e) Manômetro e fluxômetro com máscara e chicote para oxigenação;

- f) Cilindro de oxigênio portátil com válvula e fluxômetro;
- g) Maleta de emergência contendo:
- Estetoscópio;
 - 01 (um) ressuscitador manual adulto/infantil;
 - Cânulas orofaríngeas de tamanhos variados;
 - Pares de luvas descartáveis;
 - Tesoura reta com ponta romba;
 - Rolo de esparadrapo;
 - Esfigmomanômetro aneróide adulto/infantil;
 - Rolos de ataduras de 15 cm;
 - Compressas cirúrgicas estéreis;
 - Pacotes de gaze estéril;
 - Cateteres para oxigenação e aspiração de vários tamanhos;
 - Talas para imobilização de membros;
 - Conjunto de colares cervicais;
 - Prancha curta e longa para imobilização de coluna;
 - Colete imobilizador dorsal;
 - Frascos de soro fisiológico e ringer lactato;
 - Lanternas de mão;
 - Óculos, máscaras e aventais de proteção;
- h) 01 (um) kit contendo:
- luvas cirúrgicas estéreis;
 - Estilete estéril;
 - Compressas cirúrgicas estéreis;
 - Pacotes de gaze estéril;
 - Campos fenestrados estéreis;
 - Avental estéril;
 - Soluções antissépticas;

- i) Os veículos deverão ser providos de Comunicador (celular ou outro equipamento).
- j) Os veículos devem possuir maletas com medicações:
 - 02 (dois) frascos de 250 ml de Soro Fisiológico 0,9%;
 - 02 (dois) frascos de 500 ml de Soro Fisiológico 0,9%;
 - 02 (dois) frascos de 500 ml de Soro Glicosado 0,5%
 - 02 (dois) frascos de 500 ml de Ringer Lactato;
 - 05 (cinco) seringas de 05 ml;
 - 05 (cinco) seringas de 10 ml;
 - 05 (cinco) seringas de 20 ml;
 - 05 (cinco) Scalp nº 19;
 - 05 (cinco) Scalp nº 21;
 - 05 (cinco) Scalp nº 23;
 - 05 (cinco) Scalp nº 25;
 - 05 (cinco) Jelco nº 14;
 - 05 (cinco) Jelco nº 16;
 - 05 (cinco) Jelco nº 18;
 - 05 (cinco) Jelco nº 20;
 - 05 (cinco) Jelco nº 22;
 - 05 (cinco) Jelco nº 24;
 - 05 (cinco) agulhas 40X12;
 - 05 (cinco) agulhas 30X7;
 - 05 (cinco) agulhas 30X8;
 - 05 (cinco) equipos de soro macrogotas;
 - 05 (cinco) equipos de soro microgotas;
 - 05 (cinco) dispositivos de infusão duas vias com clamp;
 - 02 (dois) rolos de atadura de crepe nº 06 cm;
 - 02 (dois) rolos de atadura de crepe nº 12 cm;
 - 02 (dois) rolos de atadura de crepe nº 25 cm;
 - 01 (um) rolo de bandagem elástica autoaderente de 10 cm;
 - 01 (um) rolo de micropore de 10 cm;

- 01 (um) rolo de esparadrapo de 10 cm
- k) Os veículos devem ter capacidade de transporte de 01 (um) paciente e 01 (um) acompanhante, assim como para a tripulação.
- l) Os veículos devem possuir isolamento térmico, revestimento interno (laterais e teto) e piso.
- m) O fornecimento de materiais/insumos e tripulação são de responsabilidade da Contratada;
- n) A manutenção e o reabastecimento do torpedo de O² e equipamentos médico hospitalares, bem como a reposição de todos os materiais descartáveis deverão ser executados pela empresa contratada;
- o) De acordo com as restrições e recomendações das equipes médicas das unidades requisitantes, poderá ser disponibilizada pela Contratante tripulação complementar, adequada e suficiente.
- p) Os veículos devem ainda:
 1. Manter Certificado de Vistoria afixado em local visível na parte interna do veículo;
 2. Ter altura mínima de 1,50m (do assoalho ao teto);
 3. Largura mínima do veículo de 1,60m (medida 30 cm acima do assoalho);
 4. Comprimento mínimo do compartimento de 2,10m (medido da porta traseira ao encosto do banco do motorista);

5.3. Os serviços deverão ser prestados por meio de:

- 5.3.1.** Motoristas devidamente habilitados acompanhados dos documentos de porte obrigatório do veículo e comprobatório de sua habilitação;
- 5.3.2.** ENFERMEIROS devidamente registrados e em situação regular no respectivo Conselho de Classe - COREN-SP;
- 5.3.3.** Ambos deverão ter treinamento em APH, aptos para desempenho da atividade;
- 5.3.4.** A empresa deverá fornecer, com antecedência de até 03 (três) dias do início da prestação do serviço, a relação do pessoal técnico;

- 5.3.5.** Manter a lista de funcionários contratados para executar os serviços, devidamente atualizada, incluindo data de admissão e ou demissão, **encaminhando alterações que ocorrerem** à Contratante;
- 5.3.6.** A Contratada deverá respeitar e fazer com que seu pessoal respeite as normas de segurança do trabalho, disciplina e demais regulamentos em vigor no local de trabalho;
- 5.3.7.** Substituir, sem qualquer ônus e/ou prejuízo para a Contratante, qualquer profissional de seu quadro de pessoal, sempre que houver interesse ou conveniência da contratante;
- 5.3.8.** Os funcionários da CONTRATADA somente poderão executar os serviços, quando devidamente habilitados em transporte de enfermos e em suporte básico de vida;

5.4. Os Pré-requisitos para o Motorista são:

- a) Conduzir o veículo destinado ao atendimento e transporte de pacientes;
- b) Conhecer a malha viária local;
- c) Portar equipamento tipo GPS ou aplicativos em celular no interior do veículo, para agilizar o trajeto;
- d) Conhecer integralmente o veículo, a fim de estar apto a realizar o monitoramento da manutenção básica do mesmo;
- e) Possuir Carteira Nacional de Habilitação, categoria “D” ou superior e com habilitação para transporte de enfermos e em suporte básico de vida;
- f) Ser Maior de 21 anos;
- g) Ter disposição pessoal para a atividade;
- h) Possuir equilíbrio emocional e autocontrole;
- i) Ter disposição para cumprir ações orientadas;
- j) Possuir capacidade de trabalho em equipe.

5.5. Os Pré-requisitos para o Enfermeiro são:

- a) Ser responsável pela preservação da vida do transportado, pelo alívio do sofrimento, pela qualidade e eficácia no transporte do paciente e seu acompanhante;

- b) Estar devidamente registrado em seu respectivo conselho profissional e em dia com as obrigações do respectivo conselho;
- c) Ter disposição pessoal para a atividade;
- d) Possuir equilíbrio emocional e autocontrole;
- e) Ter capacidade física e mental para a atividade;
- f) Ter disposição para cumprir ações orientadas;
- g) Possuir experiência profissional prévia em serviço de saúde voltado ao atendimento de urgências e emergências;
- h) Ter iniciativa e facilidade de comunicação;
- i) Ter condicionamento físico para trabalhar em unidades móveis;
- j) Ter capacidade de trabalho em equipe.

5.6. Toda a tripulação sob responsabilidade da Contratada deverá atender aos perfis profissionais, com competências e atribuições estabelecidas na Portaria MS nº 2.048/02.

6. MANUTENÇÃO E COBERTURA DE SEGUROS

6.1. A contratada deverá oferecer:

1. Seguro com cobertura total a qualquer evento lesivo;
 2. Manutenção preventiva e corretiva por conta da contratada;
 3. Entrega e retirada sem taxa;
 4. Assistência 24 horas;
- A Contratada deverá arcar com toda e qualquer despesa com a conservação e manutenção preventiva e corretiva do veículo, suprimento de combustível e lubrificantes, especialmente com acidentes de trabalho, seguros impostos e quaisquer outras despesas decorrentes do uso do veículo, inclusive, na hipótese de ocorrência de apreensão do veículo, como as despesas decorrentes da retirada, guincho, etc.;
 - Os veículos deverão ser submetidos a manutenções programadas de forma a apresentarem bom estado de conservação e condições de operação garantindo a devida segurança ao paciente, ao acompanhante e à tripulação, sem prejuízo da rotina diária de prestação dos serviços;

- Os veículos fornecidos que forem retirados para manutenção deverão ser substituídos imediatamente por outros veículos com as mesmas características;
- A empresa deverá garantir, durante todo o contrato, o perfeito funcionamento dos odômetros, sistemas e dispositivos operacionais dos veículos e equipamentos;
- A Contratada deverá substituir imediatamente o veículo em caso de pane ou impossibilidade de funcionamento, de maneira a não interromper a correta prestação dos serviços, inclusive durante o tempo necessário aos reparos;
- A Contratada poderá credenciar postos de serviços em todos os locais de funcionamento da Coordenadoria de Saúde Norte para os serviços de abastecimento, lavagem, lubrificação, etc., devendo arcar com os pagamentos a esses credenciados ou possuir local próprio para o referido serviço dentro das normas da legislação vigente;
- Deverá ser prestado socorro mecânico em vias públicas por meio de guinchamento adequado;

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 7.1.** A contratada deverá arcar com todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais e securitários, bem como qualquer outro tipo de despesa eventualmente incidente;
- 7.2.** Os serviços serão executados dentro do perímetro urbano do Município de São Paulo, tendo como locais de saídas ou disponibilidade os endereços e destinos determinados pela Administração;
- 7.3.** Os veículos serão controlados individualmente, através de fichas diárias com o relatório dos veículos contendo horário de apresentação e dispensa, eventuais ocorrências, devidamente assinadas pelos motoristas e pelos usuários que utilizarem os veículos;
- 7.4.** A Contratada será responsável pela segurança do trabalho de seus empregados e pelos atos por ele praticados, civil e criminalmente responsabilizando-se, ainda, por eventuais danos pessoas e materiais causados a terceiros durante a locomoção do veículo aos locais de trabalho, bem como durante a prestação dos serviços à Prefeitura;

- 7.5.** A Contratada se obriga a afastar ou substituir dentro de 24 (vinte e quatro) horas, sem ônus para a Prefeitura, qualquer funcionário de seu quadro que, por sua solicitação, não deva continuar a participar da prestação dos serviços;
- 7.6.** A Contratada deverá responsabilizar-se integralmente por intercorrências relativas a acidentes de trânsito, multas, etc.;
- 7.7.** A Contratada deverá garantir que a tripulação se apresente devidamente uniformizada, usando crachá de identificação com foto atual. Deverá também adotar em sua conduta os preceitos básicos de educação, cortesia e profissionalismo;
- 7.8.** A Contratada deverá garantir que os veículos, com tripulação, se apresentem devidamente abastecidos nos locais e horários pré-estabelecidos e percorram todos os itinerários que forem determinados para o transporte de pacientes, no interesse da contratante, sendo que a sua dispensa somente ocorrerá com a autorização por escrito do responsável da Contratante;
- 7.9.** A Contratada obriga-se a cobrir eventuais faltas de veículos e/ou motoristas e/ou enfermeiros, no período máximo de 02 (duas) horas;
- 7.10.** A Contratada deverá respeitar e fazer com que seu pessoal respeite as normas de segurança do trabalho, disciplina e demais regulamentos em vigor no local de trabalho;
- 7.11.** A Contratada deverá fornecer e exigir da tripulação dos veículos o uso de todos os equipamentos de segurança previstos em legislação em vigor e outros solicitados pela Fiscalização;
- 7.12.** A Contratada deverá arcar com todos os encargos trabalhistas, impostos municipais, estaduais e federais, bem como, as despesas de combustível, manutenção dos veículos e dos equipamentos, treinamento e reciclagem de seus funcionários;
- 7.13.** A Contratada deverá apresentar comprovantes de seguro dos veículos sob a prestação do serviço, com cobertura de danos envolvendo paciente e acompanhante e tripulação, bem como ser responsável pela manutenção do mesmo, acionamento e pagamento franquia por sinistro (caso ocorra). O seguro deverá cobrir incêndio, roubo, colisão e danos a terceiros (responsabilidade civil);
- 7.14.** A Contratada deverá executar manutenção preventiva e corretiva dos veículos, incluindo os serviços de funilaria, pintura, troca de pneus, lubrificação, bem como substituição de peças desgastadas;

- 7.15.** A Contratada deverá verificar diariamente a limpeza interna e externa, pintura, estofados, pneus e outros equipamentos necessários à execução dos serviços; luzes de freio, faróis dianteiros, lanternas dianteiras e traseiras, luz de ré, luz interior dos veículos e sistema de partida; sistema de suspensão, de direção, de freios, de motor, de câmbio e amortecedores;
- 7.16.** A Contratada deverá apresentar documentos relativos ao veículo, aos profissionais e aos equipamentos, sempre que solicitado pelo Contratante. Deverá apresentar certificado de vistoria dos veículos assim como documento que comprove a manutenção preventiva dos veículos e equipamentos utilizados para assistência do paciente a bordo;
- 7.17.** A Contratada deverá garantir a implantação e manutenção dos locais estratégicos para a permanência das ambulâncias, às suas expensas, sendo vedada a permanência dos veículos envolvidos na prestação dos serviços nas dependências nas Unidades subordinadas, exceto em trânsito exclusivo de exercício da função;
- 7.18.** A Contratada deverá manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições que culminaram em sua contratação;
- 7.19.** A Contratada deverá apresentar à Contratante, mensalmente, comprovantes de pagamentos de salários, apólices de seguro contra acidentes de trabalho, quitação de suas obrigações trabalhistas e previdenciárias relativas aos seus empregados, que estejam ou tenham estado a serviço da Contratada, por força do contrato celebrado com a Contratante;
- 7.20.** A Contratada deverá manter contingente suficiente de profissionais, de forma a atender o cumprimento das obrigações assumidas, devendo possuir pessoal excedente, contendo as características exigidas de substituição;
- 7.21.** A Contratada deverá afastar, após notificação, todo empregado que, a critério da Contratante, proceder de maneira desrespeitosa para com os servidores e usuários que se utilizam dos serviços;
- 7.22.** A Contratada deverá providenciar a confecção e colocação de adesivos e placas nos veículos, no tamanho, desenho, cores e modelo a serem fornecidos pela Contratante, indicando: "A SERVIÇO DA COORDENADORIA REGIONAL DE SAÚDE NORTE – PMSP".

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 8.1.** Exercer a fiscalização dos serviços por pessoas designadas;
- 8.2.** Efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido em contrato.

9. FISCALIZAÇÃO/CONTROLE DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- DA FISCALIZAÇÃO:

- 9.1.** Os serviços terão supervisão permanente da CONTRATADA, sendo que o gerenciamento do contrato será executado pela CONTRATANTE através de seu setor responsável da área de Contratos da Coordenadoria Regional de Saúde Norte;
- 9.2.** A CONTRATANTE indicará o(s) responsável (eis) pela fiscalização dos serviços prestados e execução do ajuste o(s) qual(is) deverá (ão), em especial:
 - 9.2.1.** Apontar a frequência dos veículos e motoristas, consignando a data das faltas;
 - 9.2.2.** Noticiar as ocorrências anormais durante a execução do contrato, propondo aplicação de penalidade, se for o caso, a iniciar o procedimento previsto no artigo 54 do Decreto nº 44.279/2003;
 - 9.2.3.** Os responsáveis pela fiscalização do contrato deverão analisar as deficiências apresentadas diariamente, devendo saná-las diretamente com o respectivo representante da CONTRATADA;
- 9.3.** A CONTRATADA deverá indicar um funcionário de seu quadro de pessoal como responsável pela execução do contrato perante a CONTRATANTE;
- 9.4.** É vedada à CONTRATADA permitir a remoção de paciente sem a presença de responsáveis e/ou familiares e/ou acompanhantes.

9.5. É vedada à CONTRATADA proceder, **sem prévia autorização** da fiscalização, alteração de qualquer natureza nos serviços. Quaisquer modificações ou providências necessárias à adequação dos serviços, a suprir falhas ou omissões, deverão ser solicitadas por escrito à CONTRATANTE;

9.6. A Coordenadoria Regional de Saúde Norte efetuará a fiscalização dos serviços, por intermédio de seu preposto, que contará com plenos poderes para:

- Embargar a continuação dos serviços que estejam sendo executados em desacordo com o elemento do serviço, ou ainda, em desacordo com as Normas de Segurança, das quais a Contratada declara ter pleno conhecimento.
- Prestar esclarecimentos sobre as circunstâncias em que foram observadas as irregularidades e/ou problemas no desenvolvimento dos serviços.
- Colocar à disposição da CONTRATADA as informações técnicas sobre os serviços executados.

- DO CONTROLE DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

9.7. A CONTRATANTE apresentará oportunamente os nomes dos Fiscais que farão a fiscalização da execução do contrato;

9.8. A CONTRATADA deverá indicar um funcionário de seu quadro de pessoal como responsável pela execução do contrato perante a CONTRATANTE;

9.9. A CONTRATADA deverá apresentar a ambulância, em dia e hora previamente estipulados pelos responsáveis da paciente, devidamente tripulada e equipada;

9.10. A CONTRATADA deverá cumprir o cronograma de realização das sessões de assistência ambulatorial, contendo dias e horários estipulados entre o paciente e a contratada;

- 9.11.** A CONTRATADA deverá responsabilizar-se pelo controle qualitativo e quantitativo dos procedimentos realizados;
- 9.12.** A CONTRATADA deverá planejar, organizar, supervisionar e controlar o serviço e o pessoal, do ponto de vista técnico, operacional e administrativo;
- 9.13.** A CONTRATADA efetuará o controle de utilização dos veículos por suas placas, observando os seguintes itens: quilometragem, jornada de atendimento, ocorrências registradas em formulários específicos, informações essas que devem ser sintetizadas em relatórios próprios e que deverão ser encaminhados à CONTRATANTE mensalmente.

10. REMUNERAÇÃO DE SERVIÇO PRESTADO E MEDIÇÕES

10.1. DA REMUNERAÇÃO DE SERVIÇO PRESTADO:

- Nos casos de fornecimento de ambulâncias a empresa será remunerada pelos serviços efetivamente prestados, mediante medição mensal aprovada pela Coordenadoria Regional de Saúde Norte, de acordo com os preços constantes da proposta apresentada, sendo atribuída uma parcela fixa e outra parcela variável;
- Parcela de Remuneração Fixa:
 - ✓ Será remunerada por veículo colocado à disposição da Coordenadoria Regional de Saúde Norte durante o mês;
 - ✓ Será remunerado por posto de serviço, colocado à disposição da Coordenadoria Regional de Saúde Norte durante o mês;
- Parcela de Remuneração Variável:
 - ✓ Serão consideradas horas normais o montante de 12 (doze) horas/dia/ veículo acrescido de 01 (uma) hora de pausa para repouso/refeição - PPR, das 7:00 às 20:00 horas, 09 (nove) ambulâncias de suporte básico - Tipo B, com motorista, Enfermeiro, quilometragem livre (média de 420 Km/dia/veículo);

- ✓ Serão consideradas horas extraordinárias aquelas horas de 2ª a 6ª feira, além das 12 horas corridas, finais de semana e feriados, bem como as excepcionalidades e serviços eventuais;
- ✓ As horas consideradas como extraordinárias deverão ter valor pelo menos 50% superior ao valor da hora normal, devendo estar em consonância com a C.L.T. (Artigo 59 § 1º e Súmula 146 do Tribunal Superior do Trabalho) ou conforme previsão em instrumento coletivo (convenção ou acordo coletivo).
- ✓ Os eventos extraordinários, bem como toda jornada suplementar àquela regulamentar dos motoristas, serão pagos pela Coordenadoria Regional de Saúde Norte como hora extraordinária;

• **QUANTITATIVO TOTAL ESTIMADO**

VEÍCULO DE TRANSPORTE DE PACIENTE TIPO AMBULÂNCIA TIPO B, COM MOTORISTA, ENFERMEIRO E COMBUSTÍVEL	TOTAL DE AMBULÂNCIAS ADM/SEDE
TOTAL TIPO B	09

UNIDADE	ENDEREÇO
Administração e Remoção de Pacientes - CRS- NORTE	Rua Paineira do Campo, 902- Santana- Tels.: 2224-6834 e 2224-6836

Os serviços serão prestados para a Coordenadoria Regional de Saúde Norte, abrangendo as Supervisões de Saúde de Pirituba; Perus; Santana/Jaçanã/Tucuruvi/Tremembé; Freguesia do Ó/Brasilândia; Casa Verde/Cachoeirinha; Vila Maria/Vila Guilherme e respectivas Unidades de Saúde;

Os serviços serão prestados nas condições e locais a serem fixados pela CONTRATANTE;

A prestação do serviço terá quilometragem livre, com média de 420 km/dia/veículo, visando atender as necessidades da Contratante que distribuirá os veículos de acordo com as solicitações das Unidades;

QUADRO DEMONSTRATIVO DO QUANTITATIVO DE HORAS ESTIMADAS MENSAIS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS:

CATEGORIA DE VEÍCULO/ITEM	NÚMERO DE VEÍCULOS	NÚMERO DAS HORAS NORMAIS MENSAIS ESTIMADAS E VARIÁVEIS	NÚMERO DE HORAS EXTRAORDINÁRIAS MENSAIS ESTIMADAS (SÁBADOS E DOMINGOS)	NÚMERO DE HORAS EXTRAORDINÁRIAS MENSAIS em SERVIÇOS EVENTUAIS (AMBULANCIA EXTRA)
AMBULANCIA DE SUSPORTE BÁSICO- TIPO B, COM MOTORISTA, ENFERMEIRO E COMBUSTÍVEL	09	2.484 09 Veículos x 12 Horas (*1) X 23 (*2) DIAS	240 02 veículos x 12 horas (*1) x 10 dias	12 01 Veículo x 12 Horas (*1) x 1 DIA

(*1) Os enfermeiros e motoristas terão direito a 1 (uma) hora de pausa, adicional às 12 horas, para refeição/repouso - PPR.

(*2) Os dias mensais serão variáveis a depender do mês do ano, podendo variar de 19 a 23 dias.

10.2. As medições para efeito de pagamento serão realizadas de acordo com os seguintes procedimentos:

10.2.1. Mediante requerimentos apresentados à CONTRATANTE pela CONTRATADA será efetuado, a partir do primeiro dia útil posterior ao período de execução dos

serviços, relatório contendo os quantitativos dos serviços realizados e respectivos valores apurados;

10.2.2. O CONTRATANTE solicitará à CONTRATADA, na hipótese de glosas e/ou incorreções de valores, a correspondente retificação objetivando a emissão da nota fiscal/fatura;

10.2.3. Os pagamentos mensais obedecerão ao disposto nas Portarias da Secretaria de Finanças em vigor, ficando ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratadas em face das superveniências de normas federais ou municipais sobre a matéria;

10.3. As medições dos serviços prestados deverão ser devidamente instruídas com a documentação necessária à verificação da respectiva medição e entregue à CONTRATANTE com os documentos exigidos pela Portaria SF nº 170/2020 e dos documentos discriminados a seguir:

- a) Nota fiscal, nota fiscal-fatura, nota fiscal de serviços eletrônica ou documento equivalente;
- b) Medições detalhadas comprovando a execução das obras no período a que se refere o pagamento, quando for o caso;
- c) Ateste da nota fiscal, nota fiscal-fatura, nota fiscal de serviços eletrônica ou documento equivalente, conforme disciplinado no **Decreto Municipal nº 62.100, de 27 de dezembro de 2022 e Portaria SF nº 275 de 05 de setembro de 2024.**
- d) Relação atualizada dos empregados vinculados à execução do contrato;
- e) Folha de frequência dos empregados vinculados à execução do contrato;
- f) Folha de pagamento dos empregados vinculados à execução do contrato;
- g) Cópia do protocolo de envio de arquivos, emitido pela conectividade social (GFIP/SEFIP);
- h) Cópia da relação dos trabalhadores constantes do arquivo SEFIP do mês anterior a realização da despesa objeto do pedido de pagamento;

- i) Cópia da guia quitada do INSS correspondente ao mês anterior à realização da despesa objeto do pedido de pagamento, acompanhada da declaração que ateste a correspondência entre a guia e o objeto contratual;
- j) Cópia da guia quitada do FGTS correspondente ao mês anterior à realização da despesa objeto do pedido de pagamento, acompanhada da declaração que ateste a correspondência entre a guia e o objeto contratual;
- k) Cópia da guia quitada do ISS correspondente ao mês anterior ao pedido de pagamento, acompanhada da declaração que ateste a correspondência entre a guia e o objeto contratual;
- l) Comprovante de que todos os empregados vinculados ao contrato recebem seus pagamentos em agência bancária localizada no Município ou na região Metropolitana onde serão prestados os serviços; (Redação dada pela Portaria SF nº 257/2020);
- m) No pagamento relativo ao último mês de prestação dos serviços, cópia dos termos de rescisão dos contratos de trabalho, devidamente homologados, dos empregados vinculados à prestação dos respectivos serviços, ou comprovação de realocação dos referidos empregados para prestar outros serviços;
- n) Cópia do contrato ou outro instrumento hábil equivalente e seus termos aditivos;
- o) Cópia da Nota de empenho correspondente;
- p) Demonstrativo da retenção dos impostos devidos e outros descontos referentes ao pagamento da despesa;
- q) Cópia da requisição de prestação de serviços;
- r) Cópia do ato que designou o fiscal do contrato;
- s) Certidão negativa de débitos trabalhistas além de outras certidões de regularidade fiscal reputada necessária, conforme previsão no respectivo contrato ou documento que o substitui, a saber:
 - Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos às contribuições Previdenciárias às de Terceiros- INSS;
 - Certificado de regularidade do FGTS;
 - Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos de Tributos mobiliários do Município de São Paulo;

10.4. A PMSP efetuará a retenção na fonte dos seguintes impostos:

10.4.1. O ISSQN- imposto sobre serviço de qualquer natureza, de acordo com o disposto na Lei 13.701, de 24/03/2003 e suas alterações e Decreto nº 53.151/2012. O preço do serviço é considerado como a receita bruta a ele correspondente, sem nenhuma dedução;

10.4.2. O IRRF- IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE em conformidade com o disposto no art. 3º do Decreto Lei 2.462 de 30/08/1988, Lei 7.713 de 1988, art.47 e art. 716 do Decreto nº 9.580/2018. Considera-se o preço do serviço a receita bruta a ele correspondente sem nenhuma dedução.

10.4.3. A CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA SOCIAL, de acordo com o disposto no Art.31 da Lei 8.212 de 27/07/91, com a redação dada pela Lei nº 11.933, de 2009, Instrução Normativa INSS/DC nº 100, de 18/12/2003 e demais alterações;

10.4.4. As retenções na fonte e seus valores, previstos no item 10.3 deverão estar destacados a Nota Fiscal ou Nota Fiscal Fatura;

10.4.5. A CONTRATADA deverá fazer prova do recolhimento mensal do FGTS por meio de cópia das Guias de Recolhimento do mês anterior ao pedido de pagamento, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à previdência Social-GFIP e SEFIP, por tomador de serviço;

10.4.6. A CONTRATADA deverá apresentar Nota Fiscal ou Nota Fiscal Fatura discriminada, com indicação do valor total dos serviços e dos valores excluídos da base de cálculo da contribuição previdenciárias da base de cálculo da contribuição previdenciária;

10.4.7. Deverão estar discriminados no documento fiscal, detalhadamente, a quantidade e o preço e/ou a identificação dos serviços o período a que se refere com os correspondentes preços unitários e totais;

10.4.8. A CONTRATADA é responsável pela correção dos dados apresentados, bem como por erros ou omissões;

10.5. O prazo de pagamento será de 30 (trinta) dias a contar do último dia do mês de referência acompanhado da documentação exigida nos itens anteriores;

10.5.1. Caso venha ocorrer a necessidade de providências complementares por parte da CONTRATADA, a fluência do prazo será interrompida, reiniciando-se a sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas;

10.6. O pagamento será efetuado exclusivamente por crédito em **conta corrente do BANCO DO BRASIL S/A**, conforme estabelecido no Decreto nº 51.197, publicado no Doc de 23 de Janeiro de 2010;

10.7. Nenhum pagamento isentará a contratada do cumprimento de suas responsabilidades contratuais nem implicará a aceitação dos serviços;

10.8. Independentemente da retenção do ISSQN - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, fica o responsável tributário obrigado a recolher o imposto integral, multas de demais acréscimos legais, na conformidade da legislação aplicável;

10.9. Em havendo atraso no pagamento por culpa exclusiva da Contratante os valores devidos serão acrescidos da respectiva compensação financeira, mediante requerimento expresso do Contratado, nos termos da Portaria SF nº 05 de 05/01/2012;

10.9.1. Para fins de cálculo da compensação financeira de que traga o subitem 10.8, o valor do principal devido será reajustado utilizando-se o índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança e de juros simples no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança para fins de compensação da mora (TR+0,05% "pro-rata tempore"), observando-se, para tanto, período correspondente à data prevista para o pagamento e aquela data em que o pagamento efetivamente ocorreu.

10.10. Os preços unitários serão reajustados na periodicidade anual;

10.10.1. A periodicidade anual de que trata o item anterior será contado a partir da data de apresentação da proposta.

DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA A SER APRESENTADA PELA CONTRATADA

- Certificado de Registro da Empresa - CRE e Certificado de Responsabilidade Técnica - CRT do profissional responsável técnico no Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo – COREN-SP;
- Certificado de Registro de Empresa do Responsável Técnico no Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo;
- Certificado de Inscrição da Empresa e do respectivo Responsável Técnico no Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo – CREMESP;
- Cópia autenticada da Licença de Funcionamento válida expedida pelo órgão de Vigilância Sanitária do local onde estiver instalado, compatível com o objeto licitado, de acordo com a Portaria CVS nº 04/2011 ou Portaria 2755/2012 para as instaladas no Município de São Paulo;
- Cadastro Nacional de estabelecimento de Saúde – CNES;
- Cadastro Municipal de Vigilância em Saúde – CMVS – de acordo com a portaria 2755/2012 – SMS-G.

ANEXO III – PROPOSTA DE PREÇOS

Fls. 01/02

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026/CRSN

PROCESSO: 6018.2025/0126664-3

A (empresa)..... inscrita no CNPJ
sob nº, estabelecida
na....., nº....., telefone/fax
nºs....., e-mail....., propõe prestar o serviço licitado,
nos seguintes preços e condições:

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE REMOÇÃO DE PACIENTES COM 09 (NOVE) AMBULÂNCIAS DE SUPORTE BÁSICO - TIPO B, COM MOTORISTA, ENFERMEIRO, QUILOMETRAGEM LIVRE (média de 420 Km/dia/veículo), COMBUSTÍVEL E MANUTENÇÃO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CRS-N E O PERFIL DE COMPLEXIDADE DE CUIDADO QUE A MAIORIA DOS PACIENTES DA REGIÃO REQUER: IDOSOS, ACAMADOS, EM TRATAMENTO ONCOLÓGICO DE QUIMIOTERAPIA E/OU RADIOTERAPIA, USUÁRIOS CONTÍNUOS DE OXIGÊNIO, QUE NECESSITAREM DESSE TRANSPORTE POR NÃO CONSEGUIREM UTILIZAR TRANSPORTE COLETIVO OU TRANSPORTE PRÓPRIO POR SE ENCONTRAREM DEBILITADOS E PERTENCEREM A REDE DE ATENÇÃO À SAÚDE DA COORDENADORIA REGIONAL DE SAÚDE NORTE, conforme especificações constantes do Anexo II deste Edital.

CATEGORIA DE VEÍCULO/ITEM	NÚMERO DE VEÍCULOS	NÚMERO DAS HORAS NORMAIS MENSAS ESTIMADAS E VARIÁVEIS	NÚMERO DE HORAS EXTRAORDINÁRIAS MENSAS ESTIMADAS (SÁBADOS E DOMINGOS)	NÚMERO DE HORAS EXTRAORDINÁRIAS MENSAS em SERVIÇOS EVENTUAIS (AMBULANCIA EXTRA)
AMBULANCIAS DE SUPORTE BÁSICO- TIPO B, COM MOTORISTA, ENFERMEIRO E COMBUSTÍVEL	09	2.484 (09 Veículos x 12 Horas (*1) X 23 (*2) DIAS)	240 (02 veículos x 12 horas (*1) x 10 dias)	12 (01 Veículo x 12 Horas (*1) x 1 DIA)

(*1) Os enfermeiros e motoristas terão direito a 1 (uma) hora de pausa, adicional às 12 horas, para refeição/repouso - PPR.

(*2) Os dias mensais serão variáveis a depender do mês do ano, podendo variar de 19 a 23 dias.

Valor Total Mensal R\$ _____,

Valor Total Anual R\$ _____,

DAS CONDIÇÕES GERAIS

- Prazo de início da prestação dos serviços:** início da prestação dos serviços, o mesmo deverá ocorrer a partir da Emissão da Ordem de Início.
- DA VALIDADE DA PROPOSTA:** **60(sessenta) dias corridos**, contados a partir da data de sua apresentação.

ANEXO III – PROPOSTA DE PREÇOS

Fls. 02/02

DAS DECLARAÇÕES:

- 01.** Declara, sob as penas da lei, que os preços cotados incluem todos os custos e despesas necessárias ao cumprimento integral das obrigações decorrentes desta licitação.
- 02.** Declara que, por ser de seu conhecimento, atende e se submete a todas as cláusulas e condições do Edital e Anexos, relativos a licitação supra, bem como às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 Lei Complementar nº 123/2006, com a redação que lhe atribuiu a Lei Complementar 147/2014 e Decretos nº 56.475/2015, e demais normas complementares que disciplinam o certame e que integrarão o ajuste correspondente, no que lhe for pertinente.
- 03.** Declara, sob as penas da lei, que tem condições de executar a quantidade estabelecida no prazo assinalado, independentemente dos demais compromissos de fornecimento porventura existentes, bem como que fornecerá o serviço de acordo com as especificações técnicas (Anexo I do Edital), respeitando as condições, requisitos específicos e todas as especificações.

São Paulo, de

de 20...

(assinatura e identificação do representante legal/procurador da licitante)

Nome:

R.G.:

CPF:

Cargo:

ANEXO IV

**MODELO REFERENCIAL DE DECLARAÇÕES
(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026/CRSN

PROCESSO: 6018.2025/0126664-3

A _____ inscrita no CNPJ sob nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)._____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____ DECLARA:

- 1) Para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesesseis anos, salvo, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz;
- 2) Que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório, inclusive condenação judicial na proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, transitada em julgada ou não desafiada por recurso com efeito suspensivo, por ato de improbidade administrativa, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 3) Que não se encontra declarada inidônea, nem suspensa ou impedida de licitar e contratar com a Administração Pública.
- 4) Que observou e atende plenamente aos requisitos previstos aos parágrafos §1º, §2º, §3º do art. 4º da Lei Federal nº 14.133/21 (aplicável a ME/EPP);
- 5) Que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na CF/88, leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação.
- 6) Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.

- 7) Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos II e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da CF/88.
- 8) Que, em se tratando de microempresa, empresa de pequeno porte, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento estabelecido em seus arts. 42 a 49.

(local do estabelecimento), de de 20...

Representante Legal/Procurador

(nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal/procurador)

ANEXO V
(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

PARÂMETROS PARA ANÁLISE DE BALANÇO
ANÁLISE ECONÔMICO - FINANCEIRA

A situação financeira das licitantes será aferida por meio dos índices de: Liquidez Corrente - LC, Solvência Geral – SG e Liquidez Geral - LG.

Índice de Liquidez Corrente (LC):	$\frac{\textit{Ativo Circulante}}{\textit{Passivo Circulante}}$	≥ 1,00
Índice de Solvência Geral (ISG):	$\frac{\textit{Ativo Total}}{\textit{Passivo Circulante} + \textit{Passivo Não Circulante}}$	≥ 1,00
Índice de Liquidez Geral (LG):	$\frac{\textit{Ativo Circulante} + \textit{Ativo Realizável à Longo}}{\textit{Passivo Circulante} + \textit{Passivo Não Circulante}}$	≥ 1,00

ANEXO VI
(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

Modelo Referencial de Instrumento de Credenciamento para Efetuar Vistoria
(papel timbrado da licitante)
(uso **Facultativo para os licitantes)**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026/CRSN

PROCESSO: 6018.2025/0126664-3

Pelo presente instrumento, a empresa, CNPJ....., com sede na....., através de seu representante legal infra-assinado, credencia sr.(a)....., portador da cédula de identidade nº, órgão expedidor, para efetuar VISTORIA nesta unidade.

Local e data.

Assinatura do Responsável pela Empresa
(Nome Legível/Cargo/Carimbo do CNPJ)

ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026/CRSN

PROCESSO: 6018.2025/0126664-3

A empresa....., com sede na nº, C.N.P.J. nº....., DECLARA, sob as penas da lei e por ser a expressão da verdade, que apresentará, na assinatura do Termo de Contrato, a licença para funcionamento do estabelecimento, expedida pela Vigilância Sanitária onde o serviço for executado, e os Certificados expedidos pelo Estado / Município onde o serviço for executado.

Local e data

Assinatura do Responsável pela Empresa
(Nome Legível/Cargo/Carimbo do CNPJ)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026/CRSN

PROCESSO: 6018.2025/0126664-3

ANEXO VIII

**DECLARAÇÃO DE NÃO CADASTRAMENTO E INEXISTÊNCIA DE DÉBITOS PARA COM A
FAZENDA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**

A empresa _____ inscrita no CNPJ sob nº _____,
por intermédio de seu representante legal, Sr. _____, portador(a) da Carteira
de Identidade nº _____ e do CPF nº _____ DECLARA, sob as penas
da Lei, que não está inscrita no Cadastro de Contribuintes Mobiliários do Município de São Paulo,
bem assim que não possui débitos para com a Fazenda deste Município.

Local do Estabelecimento, ____ de _____ de 2025.

(assinatura e identificação do representante legal/procurador da licitante)

Nome:

R.G.:

CPF:

Cargo: